



Hinc patriam sustinet

**Instituto Superior de Agronomia**  
**Universidade Técnica de Lisboa**

## **A Fileira de Produção de Cacau Biológico**

**O exemplo de São Tomé e Príncipe**

**Zélia Maria Gonçalves Soares**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Engenharia Agronómica - Produção Agrícola Tropical**

Orientador: Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia

**Júri:**

Presidente: Doutor Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Carlos Manuel de Almeida Cabral, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, 2009



Hinc patriam sustinet

**Instituto Superior de Agronomia**  
**Universidade Técnica de Lisboa**

## **A Fileira de Produção de Cacau Biológico**

**O exemplo de São Tomé e Príncipe**

**Zélia Maria Gonçalves Soares**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Engenharia Agronómica - Produção Agrícola Tropical**

Orientador: Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia

**Júri:**

Presidente: Doutor Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Carlos Manuel de Almeida Cabral, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, 2009

# Índice

|                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Lista de Quadros</b> .....                                                                            | 3  |
| <b>Lista de Gráficos</b> .....                                                                           | 4  |
| <b>Lista de Anexos</b> .....                                                                             | 5  |
| <b>Resumo</b> .....                                                                                      | 6  |
| <b>Abstract</b> .....                                                                                    | 7  |
| <b>Extended Abstract</b> .....                                                                           | 8  |
| <b>Agradecimentos</b> .....                                                                              | 10 |
| <b>1   Introdução</b> .....                                                                              | 11 |
| <b>2   Fundamentos da produção biológica</b> .....                                                       | 13 |
| 2.1   A regulamentação em matéria de produção biológica .....                                            | 14 |
| 2.1.1   A regulamentação no espaço Europeu .....                                                         | 15 |
| 2.1.2   O espaço extra-europeu.....                                                                      | 16 |
| 2.2   A Agricultura Biológica em África .....                                                            | 17 |
| <b>3   Metodologia do estudo</b> .....                                                                   | 22 |
| <b>4   Retrospectiva histórica</b> .....                                                                 | 24 |
| 4.1   A mão-de-obra e sua identidade socio-cultural .....                                                | 25 |
| 4.2   A cultura do cacau na história de um país .....                                                    | 26 |
| 4.3   Projecto de Privatização da Terra e de Apoio ao Desenvolvimento do Pequeno Produtor (PPADPP) ..... | 29 |
| 4.3.1   A aplicação de algumas das componentes .....                                                     | 32 |
| 4.3.1.1   Medidas para a redução de mão-de-obra e de apoio económico .....                               | 32 |
| 4.3.1.2   Reforma operacional e de gestão do sector do cacau .....                                       | 32 |
| 4.3.2   O balanço do PPADPP .....                                                                        | 33 |
| 4.4   Programa Nacional de Apoio à Pequena Agricultura Familiar (PNAPAF) .....                           | 35 |
| 4.5   Programa de Apoio Participativo a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal ...                       | 37 |
| <b>5   Fileira de Produção de Cacau Biológico</b> .....                                                  | 40 |
| 5.1   Metodologia de intervenção .....                                                                   | 43 |
| 5.1.1   A variedade amelonada nos lotes .....                                                            | 45 |
| 5.2   As duas comunidades em estudo .....                                                                | 47 |
| 5.3   A produção de Cacau Biológico nas comunidades .....                                                | 50 |
| 5.3.1   Tecnologia pós-colheita.....                                                                     | 54 |
| 5.4   Perfil do produtor .....                                                                           | 61 |
| 5.4.1   Valores da produção e o rendimento do produtor .....                                             | 67 |

|                                                 |           |
|-------------------------------------------------|-----------|
| 5.5   As perspectivas de sustentabilidade ..... | 72        |
| <b>6   Conclusão .....</b>                      | <b>77</b> |
| <b>7   Bibliografia.....</b>                    | <b>78</b> |
| <b>Anexos.....</b>                              | <b>80</b> |

## Lista de Quadros

|                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Evolução da exportação e do preço mundial do cacau comercial..... | 28 |
| Quadro 2: Resumo geral da distribuição de terras agrícolas (1993-2005)..... | 35 |
| Quadro 3: Caracterização das terras de Ribeira Palma .....                  | 47 |
| Quadro 4: Qualidade da plantação de cacau .....                             | 50 |
| Quadro 5: Qualidade do lote em relação ao declive.....                      | 51 |
| Quadro 6: Distância casa - lote (minutos) .....                             | 51 |
| Quadro 7: Variedades de banana cultivadas pelos agricultores .....          | 53 |
| Quadro 8: Uso de factores de produção.....                                  | 53 |
| Quadro 9: Posse de instrumentos agrícolas.....                              | 56 |
| Quadro 10: Mão-de-obra utilizada .....                                      | 65 |
| Quadro 11: Actividades de transformação realizadas .....                    | 66 |
| Quadro 12: Produção total, por escalões (2001-2006).....                    | 70 |
| Quadro 13: Culturas produzidas no “campo” .....                             | 71 |

## Lista de Gráficos

|                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1: Idade do produtor de cacau biológico (por escalões) .....      | 62 |
| Gráfico 2: Composição do agregado familiar (%).....                       | 62 |
| Gráfico 3: Grupo sócio-cultural dos produtores .....                      | 64 |
| Gráfico 4: Refeições por dia .....                                        | 67 |
| Gráfico 5: Produção de cacau seco (kg/ano) .....                          | 68 |
| Gráfico 6: Produção de cacau biológico por comunidade .....               | 69 |
| Gráfico 7: Evolução da produção do cacau seco biológico (2001-2006) ..... | 74 |
| Gráfico 8: Receitas do cacau por comunidade (2001-2006) .....             | 75 |

## Lista de Anexos

|                                                                            |    |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| Inquérito Modelo .....                                                     | 80 |
| Quadro 1 : Associações de cacau biológico.....                             | 81 |
| Quadro 2 : Plantas de cacau distribuídas.....                              | 81 |
| Quadro 3 : Plantas sombreadoras introduzidas .....                         | 82 |
| Quadro 4: Gestão do fundo de reserva .....                                 | 83 |
| Quadro 5: Qualidade da plantação de cacau .....                            | 84 |
| Mapa de São Tomé e Príncipe .....                                          | 84 |
| Quadro 6: Culturas produzidas nos lotes .....                              | 85 |
| Quadro 7: Árvores de sombra presentes nos lotes .....                      | 86 |
| Quadro 8: Problemas de sombra x plantou árvores de sombra .....            | 87 |
| Gráfico 1: Escolaridade do produtor .....                                  | 88 |
| Quadro 9: Destino das produções .....                                      | 89 |
| Quadro 10: Outra actividade de rendimento.....                             | 90 |
| Gráfico 2: Produção por produtor em Ribeira Palma Praia (2001-2006).....   | 91 |
| Gráfico 3: Produção por produtor em Ribeira Palma Sede (2001-2006).....    | 92 |
| Quadro 11: Resumo das características de potencial de produção de RPP..... | 93 |
| Quadro 12: Resumo das características de potencial de produção de RPS..... | 94 |
| Quadro 13: Produção no 1º semestre de 2006 .....                           | 95 |

## Resumo

A produção de cacau em São Tomé e Príncipe está invariavelmente ligada à histórica do país. Desde a época colonial até à independência, desde a reforma agrária e ao longo de todos os programas de reestruturação do meio rural subsequentes, esta cultura sempre teve um peso significativo nas exportações, a ponto de a variação do seu preço nos mercados internacionais ter um impacto directo na economia no país. A Fileira de Produção de Cacau Biológico, da componente de apoio a actividades económicas e inovadoras do Programa de Apoio Participativo a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA), surge com o intuito de melhorar as actividades económicas das populações rurais mais pobres. Esta inclui a sua integração em novos mercados com vantagens a nível do preço do produto e que, em última estância, poderá representar um aumento dos rendimentos e da qualidade de vida dos produtores. As comunidades de Ribeira Palma Praia e Sede foram o estudo de caso escolhido para compreender a realidade do impacto desta actividade a nível do produtor.

Palavras-chave: Agricultura biológica, São Tomé e Príncipe, Cacau Biológico, Reforma Agrária



## **Abstract**

The production of cocoa in Sao Tome and Principe is invariably linked to the country's history. Since the colonial times until the independency, since the Agrarian Reform and during the following rural restructuring programs, cocoa crop has always had a significant importance in what concerns export, to the point of its price variation at international markets, having a direct impact in the country's economy. The Organic Cocoa Production Row, support component, appears as a way to improve the economical activities of the poorest rural populations, including its integration in new markets, providing access to higher market prices through labeling and, as last resort, represents an increase of income and quality of life for producers. The Ribeira Palma Sede and Ribeira Palma Praia communities were the chosen case studies to realize the impact of this activity at producer's level.

Key words: Organic farming, Sao Tome and Principe, Organic Cocoa, Agrarian Reform

## Extended Abstract

Throughout the world, it can be observed an increased demand for organic products. This is due to the fact that consumers, mainly those from industrialized countries, are more concerned with the products quality and the environment. In fact, nowadays it is accepted that organic production privileges the biodiversity, the respect for nature, the crops diversification, the soils maintenance and the production system independence related to the use of fertilizers and pesticides of chemical synthesis. This products' higher price to the consumer restricts, in a certain way, its access to an elite with a high purchasing power. As compensation, the producers have a more profitable business opportunity, as the organic label allows them to sell the product at the market with a higher price. This fact can lead to an income and quality of life improvement, namely from producers of developing countries. Some farmers produce, as well, in conformity with the Fair Trade Organizations requirements. The labels combination, organic and fair trade, may improve the product expectations at the market.

The cocoa production in São Tomé and Príncipe is constantly related to this country history. From colonial times to independence, continuing during Agrarian Reform and during the following rural restructuring programs, cocoa crop has always had a significant importance in what concerns export.

The Organic Cocoa Production Row, included in PAPAFA economic and innovative activities support component, appears as a way to improve the economic activities of the poorest rural populations, including its integration in new markets. Organic Cocoa is in a way, a crop that has given new development opportunities to São Tomé e Príncipe Archipelago producers. This crop's organic production, has allowed the small farmer, from the Organic Cocoa Row support communities, to sell its production at higher prices, raising his income and, at the same time, to promote a conscience relating to the importance of local environment and natural flora.

In the first semester of 2006 of the organic cocoa program, the number of supporter communities was of thirty three, twenty of them in São Tomé with a total of seven hundred and seventy farmers, and ten in the autonomous region of Príncipe with a total of one hundred and fifty-eight farmers. Of the twenty communities of São Tomé, seventeen were already at the exporting phase and the remaining three were at the conversion phase.

The Ribeira Palma Sede and Ribeira Palma Praia communities were the two communities included in the study. They belong to the same Community Association, are geographically close and have both been part of the Organic Cocoa Row from the beginning of the program. Target of former studies, they became a natural choice in the attempt of trying to understand to what point there was an organizational and prosperity change related to the support of organic production.

This work attempted to show more of the Organic Cocoa Row, trying to throw a light on the impact it has at a small producer level. By transforming these two communities into study cases, it was attempted to make a profile of the farmer and his satisfaction towards the program.

## **Agradecimentos**

Na realização deste trabalho contribuíram de um modo directo ou indirecto várias pessoas. Não poderei deixar de manifestar um reconhecimento a todos os que contribuíram para o desenvolvimento e enriquecimento, através da orientação e colaboração prestadas. De um modo particular, quero expressar o meu agradecimento ao Professor Manuel Correia, orientador da presente dissertação de Mestrado, pelo seu apoio na elaboração dos contactos em São Tomé e pela sua amizade; e à Doutora Marina Temudo, orientadora externa da dissertação, pelo apoio de forma científica e humana e pela orientação na elaboração deste trabalho.

Gostaria também de agradecer às pessoas que durante a minha estadia em São Tomé e Príncipe me apoiaram, nomeadamente ao Engenheiro António Machado da Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe, por ter estado sempre disponível a ajudar em todas as questões que fossem necessárias; à família de Guadalupe que me acolheu no meu primeiro mês em São Tomé, pela amizade e pela ajuda na minha integração na sociedade santomense; às irmãs hospitaleiras de Neves, pelo apoio, pela companhia e acima de tudo pelo seu carinho; ao vulgarizador João D'Alva que se disponibilizou a me levar às diversas comunidades produtoras de cacau biológico, à Maria Manuel, ao Engenheiro Severino Espírito Santo e ao Cristiano Dondo pelo apoio local e pela amizade.

Um especial agradecimento é dirigido aos produtores de Ribeira Palma Praia e Ribeira Palma Sede, por me terem recebido no seio das suas comunidades e possibilitado a realização deste estudo e ao Sr. Tomé Arnaldo da Silveira pela companhia e companheirismo nas longas deslocações a Ribeira Palma Sede.

Neste longo período de elaboração da tese, também pude contar com o apoio dos meus familiares e amigos que me animaram para que fosse possível a conclusão deste trabalho.

A todos um muito obrigado.

## 1 | Introdução

A procura do consumidor por produtos biológicos está a aumentar em todo o mundo. O Mercado Mundial de produtos biológicos, em 2006, estava avaliado em quarenta mil milhões de dólares americanos e, apesar do seu crescimento, o grosso das vendas continuam concentradas nos países industrializados. As duas regiões da América do Norte e Europa Ocidental representam cerca de 97% das receitas, existindo outros importantes mercados, como no Japão e na Austrália (Willer et al., 2004; Zundel et al, 2007).

Das várias razões para que a procura de produtos biológicos se encontre quase confinada ao mundo industrializado pode-se apontar duas das mais relevantes, o preço e a educação. O diferencial de preço dos produtos biológicos restringe a procura para países onde os consumidores têm alto poder aquisitivo, sendo por isso que a maior parte das vendas se concentrem em países onde existe uma importante classe média na população. Muitos países em desenvolvimento têm grandes secções da sua população abaixo da linha da pobreza, e isto faz com que seja difícil o desenvolvimento deste mercado (Willer et al, 2004; Zundel et al, 2007). A educação permite que os consumidores se tornem mais instruídos e informados sobre as questões alimentares, ficando mais inclinados a comprar este tipo de produtos, por factores como a segurança alimentar, a preocupação com o meio ambiente ou a saúde.

Ao se analisar internacionalmente o comportamento do consumidor de produtos biológicos, uma imagem de um consumidor mundial está a emergir. Um consumidor típico desses produtos vive em áreas urbanas, normalmente numa grande cidade; tem discernimento na compra de alimentos e bebidas, considerando factores como qualidade, proveniência e métodos de produção; é geralmente instruído e pertencente à classe social média-alta e com poder de compra relativamente elevado.

Noutras regiões, há um aumento de produção biológica, porque os agricultores são atraídos para a oportunidade de negócio mais vantajosa, uma vez que, com o rótulo de biológico, podem vender a preços de mercado mais elevados. Alguns produtores produzem também em conformidade com os requisitos de organizações de Comércio Justo. A combinação de rotulagem, biológico e comércio justo, pode melhorar as perspectivas dum produto no mercado.

O modo de produção biológico surge, desta forma, como uma via de produção de cacau que poderá proporcionar novas oportunidades de desenvolvimento aos pequenos produtores do Arquipélago de São Tomé e Príncipe.

Neste estudo, dentro do método de investigação holístico, pode-se observar duas partes bem distintas de informação. Inicialmente, procurou-se abordar a história do país num enquadramento social e económico, através essencialmente da recolha documental. Ainda nesta linha de recolha fez-se de seguida referência aos diversos programas de reforma agrária e de reestruturação do meio rural que foram surgindo até ao aparecimento do Programa de Apoio Participativo a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA), e mais concretamente à Fileira de Cacau Biológico, para melhor se compreender a necessidade da existência deste programa.

Na segunda parte do trabalho procedeu-se ao estudo de caso de duas comunidades rurais, Ribeira Palma Sede e Ribeira Palma Praia, aprofundando mais a questão a nível do pequeno produtor. Recorreu-se essencialmente à pesquisa empírica, com a realização de entrevistas semi-estruturadas, tendo-se incluído também nas técnicas de recolha a observação directa e participante, conversas informais e discussões de grupo. Estas comunidades, tendo já sido objecto de estudo da investigadora do IICT Doutora Marina Temudo (orientadora externa deste trabalho), surgiram como as escolhas naturais para este estudo. Estas pertenciam à mesma Associação Comunitária, encontravam-se relativamente próximas, tinham aderido à Fileira de Cacau Biológico desde o início do programa e, no entanto, apresentavam grandes diferenças de organização comunitária e de prosperidade.

O objectivo deste trabalho foi, assim, o de dar a conhecer melhor a Fileira de Cacau Biológico em São Tomé e Príncipe, uma vez que não existiam trabalhos anteriores sobre o tema. Através do estudo de caso procurou-se retratar o modo de produção biológico dos pequenos produtores, traçar um perfil do agricultor e tentar esclarecer até que ponto o programa contribuiu positivamente nas comunidades e no nível de bem-estar do produtor.

O acompanhamento da evolução deste programa seria interessante em estudos futuros, uma vez que este se encontrava em fase de expansão a novas comunidades e ainda existiam muitas medidas pendentes que seriam de extrema importância para o aumento da produção.

## 2 | Fundamentos da produção biológica

A Agricultura Biológica é um sistema de produção com abordagem sistémica que privilegia a preservação ambiental, a agrobiodiversidade, os ciclos biogeoquímicos e a qualidade de vida humana. Aplica os conhecimentos da ecologia na gestão da unidade de produção, baseada numa visão holística, isto é, o todo é mais do que os diferentes elementos que o compõem, sendo tratada como um organismo integrado com a flora e a fauna. Dos princípios agroecológicos e de conservação de recursos naturais, pode-se enumerar (Agrobio, 2002):

- **Respeito pela natureza**, a dependência de recursos não renováveis e as próprias limitações da natureza devem ser reconhecidas, sendo a reciclagem de resíduos orgânicos de grande importância no processo;
- **Diversificação das culturas**, que propicia uma maior abundância e diversidade de inimigos naturais. A diversificação espacial, por sua vez, permite estabelecer barreiras físicas que dificultam a migração de insectos e alteram os seus mecanismos de orientação, como no caso de espécies vegetais aromáticas e de porte elevado. A biodiversidade é, por conseguinte, um elemento-chave da tão desejada sustentabilidade;
- **Manutenção do solo**, privilegiando práticas que garantam um fornecimento constante de matéria orgânica, através do uso de adubos verdes, cobertura morta e aplicação de composto orgânico, que são práticas indispensáveis para estimular os componentes vivos e favorecer os processos biológicos fundamentais para a construção da fertilidade do solo no sentido mais amplo;
- **Independência dos sistemas de produção**, em relação ao uso de fertilizantes e pesticidas de síntese química, altamente dependentes de energia fóssil que oneram os custos e comprometem a sustentabilidade.

A prática da Agricultura Biológica obriga a que o uso de agro-químicos seja suspenso de imediato assim como o uso de reguladores de crescimento e aditivos nas rações animais. Na regulamentação europeia estão devidamente referenciados quais os produtos que, a título excepcional, podem ser utilizados (Confagri, 2008).

As explorações agrícolas certificadas como biológicas tiveram que passar, em média, por um período de conversão de dois anos antes da sementeira das culturas anuais ou

de três anos da colheita de frutos e outras culturas perenes (com excepção das pastagens). A fertilidade e actividade biológica dos solos devem ser mantidas ou melhoradas através de:

- a) Culturas apropriadas e sistemas de rotação adequados;
- b) Incorporação nos solos de matérias orgânicas adequadas.

A luta contra os parasitas, as doenças e as infestantes deve ser feita através de:

- a) Escolha de espécies e variedades adequadas;
- b) Programas de rotações de culturas;
- c) Processos mecânicos de cultura;
- d) Protecção dos inimigos naturais dos parasitas das plantas;
- e) Combate às infestantes por meio do fogo.

Os animais devem de preferência ser escolhidos de entre raças autóctones ou de raças particularmente bem adaptadas às condições locais e os que não nasceram em explorações que praticam o modo de produção biológico devem passar por períodos de conversão específicos para cada raça. Todos os animais de uma mesma unidade de produção devem ser criados de acordo com este modo de produção (Confagri, 2002).

## **2.1 | A regulamentação em matéria de produção biológica**

A Agricultura Biológica é praticada em mais de cento e vinte países, existindo cerca de trezentos e sessenta e quatro organismos de certificação em cinquenta e sete países, repartidos de forma desigual. Duzentos e noventa distribuem-se pela União Europeia, E.U.A., Japão, Canadá e Brasil. Cinquenta e seis das organizações de certificação listadas também operam fora do seu país. A maioria baseia-se na oferta dos serviços de certificação de um país desenvolvido aos países em desenvolvimento, encontrando-se muitos em vários continentes. Na maior parte do continente Africano e Asiático não existem prestadores de serviços locais. Na Ásia existem oitenta e três organismos, localizando-se sessenta e cinco destes no Japão. Em África encontram-se apenas sete organismos de certificação, localizando-se a maioria na África do Sul (Willer *et al*, 2004).



### 2.1.1 | A regulamentação no espaço Europeu

Nos Estados-Membros da União Europeia (UE), a rotulagem dos produtos vegetais como biológicos é regido pelo **regulamento comunitário 2092/91**<sup>1</sup>, enquanto que a dos produtos animais é regido pelo **regulamento 1804/99**, promulgado em Agosto de 2000. Estes regulamentos visam proteger os produtores de concorrência desleal, garantir uma livre circulação dos seus produtos nos estados membros e uma informação adequada aos consumidores (Silguy, 2004).

O regulamento da UE em matéria de produção biológica, estabelece regras mínimas que regem a produção, transformação e importação de produtos biológicos, incluindo os processos de inspeção, rotulagem e de comercialização para toda a Europa. Cada país europeu é responsável pela sua execução, monitorização e sistema de inspeção. As aplicações, fiscalização e sanções são tratadas a nível de cada estado membro. Ao mesmo tempo, cada país tem a responsabilidade de interpretar o regulamento relativo à produção biológica para aplicar o regulamento no seu contexto nacional (Confagri, 2002).

Todos os operadores que produzam, preparem, armazenem ou importem de um país terceiro ou comercializem produtos que ostentem ou sejam destinados a ostentar indicações referentes ao modo de produção biológica, devem notificar a sua situação à autoridade competente de cada Estado membro (Confagri, 2002). Importar mercadorias na EU, no quadro do mercado de produtos biológicos, pode ser feito segundo o artigo 11.º do regulamento comunitário 2092/91. Este regulamento estipula ainda que os alimentos importados para a UE provenientes de países terceiros devem ter sido produzidos, transformados e certificados de acordo com normas equivalentes. A execução é da responsabilidade dos Estados-Membros da UE. No momento presente, existem duas formas de autorizar as importações (Willer *et al*, 2004):

- Através da lista de países terceiros (art. 11, parágrafos 1-5)
- Via licença de importação (art. 11, n.º 6): para todos os países não incluídos na lista de países terceiros (ou seja, a grande maioria das importações para a UE). Como regra geral, organismos de certificação que operam a nível internacional ajudarão os exportadores e os importadores a unir todas as

---

<sup>1</sup> Em Dezembro de 2006 a Comissão Europeia chegou a um consenso quanto à revisão deste regulamento. Em doze de Junho de 2007, os Ministros de Agricultura da União Europeia chegaram a um acordo político quanto a um novo regulamento sobre a produção e rotulagem biológica. O novo regulamento foi publicado em Julho de 2007 e entrará em vigor a um Janeiro de 2009 (Regulamento Comunitário (EC) No 834/2007), (organic-europe, 2008).

informações e elementos de prova necessários para acompanhar o pedido de uma licença de importação. Os requisitos variam de um país da União Europeia para o outro, mas geralmente aplica-se aos seguintes requisitos: Uma empresa importadora tem de assinar um contrato de inspeção com um organismo europeu de certificação. Com a aplicação ela / ele tem de fornecer documentação a provar que a produção e certificação dos respectivos produtos têm sido equivalentes com os requisitos da União Europeia. Os produtos não podem ser colocados no mercado da UE antes que uma licença de importação seja emitida, geralmente por um período de tempo limitado. Cada remessa deve ser acompanhada por um "certificado de controlo para a importação de produtos de produção biológica".

São Tomé e Príncipe enquadra-se na segunda forma de autorização. Apesar de não haver legislação própria para a produção de produtos biológicos no país, as regras seguidas são as exigidas pela legislação do país importador dos seus produtos.

Dentro da União Europeia todos os produtos biológicos podem ser comercializados livremente. No entanto, os procedimentos relativos à emissão de licenças de importação tendem a variar entre os países da UE.

Em Fevereiro de 2000, a Comissão Europeia introduziu um logótipo para os produtos biológicos que pode ser utilizado pelos produtores em toda a União Europeia. No entanto, só pode ser aplicado seja em produtos biológicos em que 95% dos ingredientes são produtos originários da União Europeia e que tenham sido processados, embalados e rotulados na União Europeia, seja sobre as importações de produtos de países com um sistema de controlo equivalente. A utilização do símbolo é voluntária e pode surgir em conjunto com logótipos privados para a identificação de produtos biológicos. Até agora, apenas algumas empresas, sobretudo no Sul da Europa, estão a usar o logótipo da EU (Confagri, 2002).

### **2.1.2 | O espaço extra-europeu**

Existem dois regulamentos, o dos Estados Unidos e o da UE, que influenciam fortemente os padrões de produção biológica e o comércio mundial. Do ponto de vista do consumidor, pode-se dizer que os padrões de produção e de controlo dos produtos biológicos dos Estados Unidos, da União Europeia e de outras regiões do globo com sistemas de certificação, são equivalentes entre si (Willer *et al*, 2004).

Muitos países, fora da União Europeia, protegem legalmente os produtos biológicos ou estão em vias de desenvolver os regulamentos de produção biológica. Todos estes regulamentos estabelecem regras mínimas que regem a produção, transformação e importação de produtos biológicos, incluindo os processos de inspecção, rotulagem e marketing. Vários países da UE têm desenvolvido os seus próprios regulamentos nacionais, bem como logótipos nacionais para os produtos biológicos; em alguns casos, esta ocorreu antes da regulamentação da UE entrar em vigor. Estes logótipos são bem conhecidos e inspiram confiança aos consumidores.

Nos Estados Unidos o regulamento sobre agricultura biológica, sob os padrões desenvolvidos pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), entrou em vigor em Outubro de 2002.

Outros países, como o Japão, já fizeram ou estão a elaborar legislação relativa à produção biológica que não está necessariamente de acordo com a UE ou os E.U.

## **2.2 | A Agricultura Biológica em África**

A agricultura biológica tem vindo a ser considerada uma opção cada vez mais interessante para uma agricultura sustentável em Países em Desenvolvimento, uma vez que oferece uma combinação única de baixa aplicação de tecnologia externa, conservação ambiental e de eficiência na utilização dos factores de produção. Para além disso, também proporciona o acesso a preços de mercado mais elevados através da rotulagem. Algumas ONGs e grupos de agricultores estão a adoptar, cada vez mais, técnicas de agricultura biológica como um método de melhorar a produtividade e a segurança alimentar (Zundel *et al*, 2007).

O continente africano é o mais pobre dos continentes sofrendo frequentemente de carências alimentares e de fome. A combinação do aumento da pressão demográfica, da diminuição da fertilidade do solo e, em muitas áreas, padrões de precipitação irregular, levou à criação de situações difíceis aos agricultores, sabotando a tentativa de satisfazer as necessidades alimentares actuais e futuras. A "Revolução Verde" teve um impacto limitado em África, e a maioria da produção agrícola é de pequena escala e tradicional (Parrott *et al*, 2002). A exportação de métodos de agricultura intensivos para os países em desenvolvimento nem sempre tem os melhores resultados, uma vez que não é raro assistirmos ao esgotamento dos solos, à progressão da erosão e

ao endividamento dos países para comprar equipamentos, combustíveis e adubos (Silguy, 2004).

A agricultura biológica integra deliberadamente práticas agrícolas tradicionais e faz uso de recursos disponíveis localmente. Como tal, é altamente relevante para a maioria dos agricultores africanos. A maior parte da agricultura biológica em África é não certificada e provavelmente será assim por muito tempo (Willer *et al*, 2004). É inegável que existe espaço para um aumento substancial da produção biológica certificada em África, trazendo benefícios aos pequenos produtores, melhorando os seus rendimentos como resultado. Mas também há limitações significativas sobre o potencial de desenvolvimento. Em parte, estes são externos estando relacionados com os custos da certificação, com os problemas de infra-estrutura, com as ligações aos mercados distantes e com os caprichos dos mercados mundiais. Por outro lado, os mercados internos são relativamente subdesenvolvidos, devido a uma combinação de baixos rendimentos, uma percepção generalizada de que a maior parte dos produtos agrícolas são biológicos e infra-estruturas deficientes. A prioridade africana para a agricultura consiste em alcançar a segurança alimentar de forma sustentável. A agricultura biológica tem um enorme potencial no sentido de contribuir para alcançar este objectivo, que só agora está a ser reconhecido (Parrott *et al*, 2002).

Com uma ou duas excepções (nomeadamente, Egipto e África do Sul) a certificação da produção é maioritariamente orientada para produtos destinados à exportação. A maior parte dos países não possuem sistemas de recolha de dados para a agricultura biológica. Os existentes indicam que, salvo raras excepções, a agricultura biológica certificada é relativamente subdesenvolvida, mesmo em comparação a outros continentes. No entanto, a produção biológica certificada representa apenas uma ponta do icebergue da agricultura biológica em África, e os elementos de prova estão a emergir de um movimento agroecológico em certas partes de África. Algumas ONGs locais, grupos de agricultores, bem como agências de desenvolvimento estão a adoptar cada vez mais técnicas biológicas como um método de melhorar a produtividade e enfrentar os problemas muito prementes de segurança alimentar. Abordagens agroecológicas estão a ser utilizadas em iniciativas que visem (Willer *et al*, 2004):

- Manter e melhorar a fertilidade do solo
- Combater a desertificação
- Promover a plantação de árvores e dos sistemas agroflorestais
- Desenvolver meios de combate a pragas

- Promover a utilização de sementes de variedades locais
- Manutenção da biodiversidade
- Apoio a grupos sociais mais vulneráveis (especialmente mulheres e as famílias chefiadas por mulheres)
- Combater o aquecimento global

No entanto, o movimento de produção biológica sofre de um problema de credibilidade em África. Alguns defendem que a maior parte da agricultura em África já é de facto biológica e manifestamente incapaz de satisfazer necessidades de segurança alimentar ou de proteger ambientes frágeis. Considerando a experiência do Hemisfério Norte, cuja conversão para a agricultura biológica leva a uma perda de rendimentos (pelo menos nos primeiros anos), é fácil argumentar que a agricultura biológica em África é uma "opção imoral". Uma opção que, na melhor das hipóteses, permite o acesso aos mercados de exportação a preços mais elevados, ignorando ao mesmo tempo e, talvez agravando, a situação de muitos. Para os defensores da agricultura biológica, há uma necessidade de demonstrar que a agricultura biológica é uma opção viável e sustentável para África, e que a adopção deste modo de produção não significa um retorno à agricultura tradicional, mas que, ao invés disso, ela é o resultado de sinergias de inovações de cientistas e agricultores. Deve ser encarado como um sistema agrícola que "reforça" e "administra" a complexidade do ecossistema em vez de reduzir e simplificar as interações biofísicas sobre as quais a produção agrícola depende. Mas mais importante ainda, a agricultura biológica em África deve ser vista como um processo de aprendizagem e de adaptação, bem como o quadro institucional e político que impulsiona esse processo (Willer *et al*, 2004).

Nos últimos anos, alguns responsáveis políticos e doadores começaram a reconhecer o potencial da exportação orientada para o mercado dos "biológicos" como um meio de gerar divisas e de aumentar os rendimentos. No entanto, as vantagens da agricultura biológica e da agroecologia em termos de reforço da segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, de inclusão social e de redução da exposição a pesticidas tóxicos, são muitas vezes esquecidas.

O sector biológico formal em África continua a ser relativamente pouco desenvolvido e as estatísticas são muitas vezes difíceis de obter. Há evidências de produção biológica certificada em cerca de cinquenta por cento dos países Africanos, metade da qual concentrada no Uganda, Tunísia, Tanzânia e África do Sul. A agricultura biológica certificada em África assume duas formas principais: grandes explorações agrícolas

orientadas para a produção e exportação; e grupos de pequenos agricultores, organizados colectivamente para a inspecção, certificação e comercialização das suas produções. Muitos dos pequenos grupos organizados são (pelo menos inicialmente) apoiados por programas de ajuda ao desenvolvimento. A maior parte dos pequenos agricultores no âmbito destes programas usará apenas uma parte dos seus terrenos para culturas de exportação, utilizando o restante para consumo doméstico e mercados locais (Parrott *et al*, 2002; Zundel *et al*, 2007).

Com algumas excepções, o mercado de produtos biológicos africano é muito pequeno. Isso deve-se tanto aos baixos rendimentos como a infra-estruturas de inspecção e de produção biológica certificada pouco desenvolvidas. A maior parte dos produtos em África é orientada para mercados de exportação, com a grande maioria a ser exportada para a União Europeia. Com a excepção dos países do Magrebe e Egipto, que beneficiam da proximidade dos mercados europeus, o potencial de uma estratégia de exportação é limitado pelos elevados custos de transporte e por infra-estruturas deficientes. Para a maioria dos países subsaharianos o melhor potencial de exportação biológica, sem dúvida, reside no baixo volume da produção de culturas de elevado valor (tais como o café, ervas aromáticas, especiarias, medicamentos e produtos de beleza), nos itens não-perecíveis, nos produtos que oferecem oportunidades de adquirir valor acrescentado localmente e frutas tropicais (Parrott *et al*, 2002; Willer *et al*, 2004).

Em geral, o potencial da abordagem biológica, incluindo o dos produtos orientados para os mercados de exportação, ainda não foi reconhecido pela maioria dos governos Africanos. Em consequência os organismos e as normas de certificação são estrangeiros. Este é um dos principais entraves ao desenvolvimento do sector biológico, pois existe uma situação onde o mercado não se está a desenvolver porque a infra-estrutura necessária não existe. A falta de capacidade local de inspecção e certificação é uma crítica de estrangulamento que é preciso vencer, a fim de desenvolver o potencial das exportações dos biológicos africanos.

A pesquisa agrícola em África é bastante fragmentada entre centros de investigação internacional, universidades e estações experimentais, podendo ocorrer falhas de comunicação entre estes diferentes níveis, particularmente nas prioridades de investigação. Muitas vezes a adopção de uma visão holística (uma abordagem exigida pelo sistema biológico) é inibida. Além disso, os serviços de extensão rural em muitos países são frequentemente insuficientes e subfinanciados. Grupos de ONGs e a Igreja desempenham por vezes um papel importante em preencher essas lacunas ao nível

das bases. Este panorama geral também se aplica ao movimento biológico. Soluções que satisfazem os critérios biológicos podem revelar-se inadequados ou inacessíveis aos pequenos produtores. E, muitas vezes, há pouco interesse comercial ou financiamento disponível para satisfazer as necessidades dos pequenos agricultores. Uma nova barreira para o desenvolvimento do potencial do sector biológico é que muito da experiência e dos conhecimentos (das falhas, bem como dos sucessos) raramente atingem o domínio público (Willer *et al*, 2004).

Estas questões não são de modo algum exclusivas para África e, apesar destes obstáculos, há abundante evidência de mecanismos inovadores de investigação biológica através de institutos de investigação, universidades e sector privado. A divulgação dos resultados dessas experiências, tanto no âmbito da investigação como nas comunidades rurais, bem como o desenvolvimento de procedimentos de investigação que satisfaçam necessidades da vida real, são os maiores obstáculos que precisam de ser superados.

Muitos produtores em associações de mercados emergentes e mercados em fase de transição estão em conformidade com os requisitos de organizações de Comércio Justo. Após ter um rótulo de Comércio Justo, isto não implica, contudo, que os produtos possam ser vendidos também como biológicos. A combinação de rotulagem, biológico e o comércio justo pode melhorar as perspectivas dum produto no mercado.

### 3 | Metodologia do estudo

A metodologia foi no fundamental definida pela Doutora Marina Temudo (orientadora externa), dado que a pesquisa se inseriu na sua linha de investigação sobre o impacto da reforma agrária no modo de vida dos antigos trabalhadores das roças. No sentido de alcançar o objectivo pretendido, foi utilizado essencialmente um método de estudo holístico, no quadro do qual a realidade da Fileira de Produção de Cacau Biológico é analisada/compreendida no contexto mais vasto da sociedade santomense. Para o estudo de caso das duas comunidades foram utilizadas diferentes técnicas de recolha e consequentemente tratamento da informação que viabilizaram a análise das fontes documentais e estatísticas para o enquadramento do estudo. Assim, no decurso dessa recolha foram adoptadas um conjunto de técnicas, tais como contactos informais e exploratórios a diversas comunidades aderentes ao programa e entrevistas aos mais diversos actores do projecto.

A pesquisa empírica foi conduzida entre Setembro e Dezembro de 2006, tendo sido realizadas entrevistas semi-estruturadas no total de trinta e quatro<sup>2</sup>, o que corresponde a uma percentagem de 100% de produtores de cacau biológico em Ribeira Palma Praia (quinze inquiridos) e de 70% de agricultores de cacau biológico em Ribeira Palma Sede (dezanove inquiridos). Nesta última comunidade, não foi possível entrevistar todos os produtores porque, uns não quiseram fazê-lo e outros não se encontravam presentes naquele período de tempo. As técnicas de recolha incluíram também observação directa e participante, conversas informais e discussões de grupo. Paralelamente foram feitas várias saídas aos lotes dos pequenos agricultores nas duas comunidades alvo. No tratamento dos dados foi feita a análise estatística com recurso ao programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

A visita a diversas comunidades (Saltado, Laranjeiras, Ponta Figo, Generosa, Arribana) foi possível acompanhando um dos vulgarizadores (extensionistas) nas suas saídas ao terreno. Este também foi o responsável pela primeira deslocação a Ribeira Palma Sede (RPS), onde se pôde iniciar o contacto com a população, permitindo conhecer um agricultor que se disponibilizou a se deslocar à comunidade e a dar a conhecer os lotes dos produtores, sempre que fosse necessário.

---

<sup>2</sup> O guião foi concebido pela Doutora Marina Temudo e depois adaptado no decorrer da pesquisa. Ver inquérito modelo em anexo 1.



O primeiro contacto em Ribeira Palma Praia (RPP) foi através de um técnico de uma ONG santomense (Quatelá), que compreendendo as dificuldades que podem surgir a alguém de fora da comunidade e de outro país, decidiu tomar a iniciativa de fazer as apresentações à população. Este acto permitiu travar conhecimento com o gestor de cacau biológico daquela comunidade, que prontamente aceitou colaborar no estudo.

A deslocação até às comunidades era feita a pé levando cerca de quarenta minutos até RPP e cerca de noventa minutos até RPS, cujo caminho era quase sempre de montanha. Este percurso constituía uma forma de integração, pois, salvo raras excepções, era assim que os agricultores se deslocavam, procurando também estabelecer conversas informais sobre os temas em análise.

## 4 | Retrospectiva histórica

As ilhas de São Tomé e Príncipe (STP) eram desabitadas à data da sua descoberta, tendo ocorrido em 1486 (ilha de São Tomé) e 1502 (ilha do Príncipe) a sua colonização por parte da coroa portuguesa. No entanto, este arquipélago não atraiu um grande número de pessoas da metrópole decididas a criar uma nova vida nas "ilhas das febres", razão pela qual a colónia foi povoada com degredados e judeus (Trajano Filho, 1992). As condições ambientais não eram propícias à fixação de uma população branca numerosa, pelo que a miscigenação foi favorecida desde o início, dando origem, em meados do século XVI, a uma nova geração autóctone de mestiços. Este facto resultou das ligações entre colonos com escravas africanas, às quais lhes foi conferido o estatuto de « livre » assim como aos seus descendentes. Este grupo veio a constituir uma elite, os chamados « filhos da terra » (Tenreiro, 1961cit. in Temudo, 2008)

São Tomé e Príncipe foi marcado por diferentes ciclos de evolução económica aos quais estão associadas três importantes culturas de exportação: a cana-de-açúcar, que tem o seu fim por volta do século XVII com a saída dos mestres de açúcar para o Brasil; o café, introduzido nas ilhas em 1787; e o cacau, introduzido em 1822. A unidade agrária típica destas culturas assentou na exploração de grandes plantações em monocultura (roças). No século XVII, as ilhas foram como que abandonadas por Portugal, que enfrentava conflitos políticos internos<sup>3</sup>, e transformadas num simples entreposto de escravos rumo à América. O tráfico de escravos tornou-se, até à data da sua abolição nos territórios portugueses em 1836, a actividade económica mais importante da elite crioula que permaneceu no arquipélago (Hodges & Newitt, 1988; Henriques, 2000 cit. in Temudo, 2008).

A recolonização das ilhas (1852) por parte de portugueses marca todo um processo de desestabilização do padrão de relações sociais que ali se desenvolveu durante os dois séculos que tinham permanecido nas mãos dos « filhos da terra ». A princípio, o café e o cacau eram cultivados em pequenas porções de terra pertencentes aos nativos, mas o tipo de estrutura fundiária e as relações sociais vigentes eram incompatíveis, segundo a óptica metropolitana, com a produção e comercialização em larga escala. Num espaço territorial tão reduzido, a formação das roças foi feita através da redefinição das propriedades rurais, ou seja, pela apropriação das pequenas parcelas

---

<sup>3</sup> Restauração da Independência em 1 de Dezembro de 1640, dando início à Dinastia de Bragança (1640-1910).

na posse dos santomenses por grandes companhias agro-mercantis portuguesas (Trajano Filho, 1992). “A propriedade dos nativos é reduzida a pequenas glebas<sup>4</sup> e « roças de forro », localizadas junto das cidades ou vilas” (Tenreiro, 1961 cit. in Temudo, 2008). A nova estrutura de produção, requeria um padrão de relações sociais de produção a que os ilhéus não estavam acostumados e que repeliam. Nesta reorganização económica e política, volta a surgir o problema da mão-de-obra. A solução foi a mesma encontrada dois séculos antes: o tráfico de escravos provenientes, principalmente, do Gabão e de Angola (Trajano Filho, 1992).

#### **4.1 | A mão-de-obra e sua identidade socio-cultural**

A abolição da escravatura veio a transformar o quadro da sociedade santomense para, de certo modo, manter a mesma estrutura económica. Devido à resistência dos escravos recém-libertos e dos nativos livres ao sistema de trabalho implantado nas roças e devido à constante busca pela ampliação dos terrenos de cultivo das grandes propriedades, surgiram conflitos entre, de um lado, administradores públicos e gerentes agrícolas e, de outro, a grande maioria da população nativa (Trajano Filho, 1992). A manutenção da estrutura de produção económica passou a depender de uma política de importação de “serviçais” de Angola, Moçambique e Cabo Verde fazendo surgir novos grupos sócio-culturais: os angolanos, os moçambicanos, os cabo-verdianos e os tongas (cf. Temudo, 2008). Formalmente, tratava-se de uma política de recrutamento através de contratos de trabalho livremente celebrados, mas, de facto, revelou-se ser uma política de trabalho forçado (Trajano Filho, 1992).

Desde o início do povoamento os ilhéus adoptaram uma cultura e estilo de vida europeizados (Tenreiro, 1961 cit in Temudo, 2008), mas para os roceiros um maior controle da mão-de-obra dos serviçais seria conseguida pela « reprodução da indigenização », da qual resultaria um encerramento dos vários grupos sócio-culturais (Nascimento, 2001 cit in Temudo, 2008), atribuindo-se-lhes uma inferioridade racial. Se os forros mantinham uma atitude de superioridade e distanciamento em relação

---

<sup>4</sup> Na fase inicial do povoamento das ilhas, o acesso à terra pelos colonos era feito através de concessões (sesmarias) segundo um processo que impunha a obrigação de as cultivar e povoar num prazo de cinco anos. No caso dos escravos libertos, o acesso à terra passava pela pertença a irmandades religiosas, através das quais recebiam pequenas glebas (Henriques, 2000; Eyzaguirre, 1988 cit. in Temudo, 2008).

aos serviçais e os seus filhos nascidos nas roças (tongas), essa atitude era vista com bons olhos pelos roceiros que temiam o surgimento de qualquer tipo de resistência (Eyzaguirre, 1986 cit in Temudo, 2008).

Ao longo da história, a posse de glebas foi usada para definir a identidade do grupo socio-cultural forro e o estatuto de homem livre, por oposição aos serviçais das roças. “Um outro grupo de « nativos », os angolares, surge dos escravos fugidos que estiveram até ao século XIX afastados do contacto com a restante população, presumindo-se que viviam nas florestas do sul de São Tomé e se dedicavam a actividades de recollecção e pesca.” (cf. Temudo, 2008).

O grupo socio-cultural tonga é composto pelos descendentes de serviçais nascidos nas roças e assimilou a cultura forra, embora a sua integração neste grupo fosse muito limitada e restrita aos descendentes de ligações entre mulheres tongas e homens forros (Eyzaguirre, 1988 cit in Temudo, 2008).

O contingente de cabo-verdianos foi, sem dúvida, o principal a ser levado para São Tomé. A partir de 1960, passou a ser o grupo dominante de trabalhadores nas roças, mantendo a sua identidade cultural e tendo sido o único a permanecer em São Tomé e Príncipe após a independência (Eyzaguirre, 1988 cit in Temudo, 2008).

## **4.2 | A cultura do cacau na história de um país**

Em 1822 dá-se a introdução da cultura do cacau, primeiro na ilha do Príncipe e depois na de São Tomé, ocorrendo entre 1890 a 1921 um grande aumento da sua produção nas ilhas, remetendo para segundo plano a importância do café como produto de exportação (Temudo, 2008). Assim, falar da história de São Tomé e Príncipe sem referir a evolução da cultura do cacau é, de certa forma, omitir grande parte da sua própria história.

A economia deste pequeno país torna-se dependente, desde inícios do século XIX, da exportação do cacau. De forma simplificada, pode-se distinguir seis períodos da evolução da cultura do cacau até à década de noventa, altura em que se iniciam as primeiras actividades do Projecto de Privatização da Terra e de Apoio ao Desenvolvimento do Pequeno Produtor (PPADPP) (cf. Espírito Santo et al, 2001):

- Implementação das primeiras plantações no final do século XIX e início do século XX;
- Desenvolvimento de grandes plantações coloniais entre 1910-1920;
- Sensível diminuição da produção entre 1920-1940;
- Estabilização da produção em aproximadamente 10 000 ton/ano entre 1940-1974;
- Nova queda de produção depois de 1974 até 1980 (da ordem dos 25- 30%);
- Continuação da queda de produção de 1980 até 1990, com alguma estabilização em torno de quatro mil ton/ano, embora evidenciando tendência para a possibilidade de declínio nos anos seguintes.

No período pós-independência, em 1984 o governo e o Banco Mundial haviam já acordado em reabilitar o sector do cacau, com o co-financiamento de várias instituições bilaterais e multilaterais. Cerca de três anos mais tarde, ambas as partes concordaram em que o projecto de reabilitação fosse executado sob um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), encontrando-se o cacau com um peso de cerca 94% no total de rendimentos provenientes de exportação. Um dos objectivos-chave do PAE era o de diversificar a economia, através do desenvolvimento de outras culturas de exportação e também do turismo (Seibert, 2001).

Em 1985 a maioria dos cacaueiros tinham uma idade de trinta anos em média, e alguns eram bastante mais velhos. A doença podridão-parda (*Phytophthora* spp.) espalhou-se devido à ausência de tratamentos fitossanitários e a fertilidade do solo decaiu devido à falta de aplicação de fertilizantes. Os rendimentos vindos da exportação do cacau caíram cerca 66% entre 1974 e 1989 (quadro 1).

Quadro 1: Evolução da exportação e do preço mundial do cacau comercial.

| Ano  | Exportação (toneladas) | Preço Médio (US\$/ton) |
|------|------------------------|------------------------|
| 1974 | 7400                   | 1 559                  |
| 1975 | 5640                   | 1 245                  |
| 1976 | 8000                   | *                      |
| 1977 | 6000                   | *                      |
| 1978 | 6000                   | 3 402                  |
| 1979 | 8000                   | *                      |
| 1980 | 6998                   | 2 602                  |
| 1981 | 8000                   | *                      |
| 1982 | 4000                   | 1 741                  |
| 1983 | 4000                   | 2 118                  |
| 1984 | 4000                   | *                      |
| 1985 | 3848                   | 2 254                  |
| 1986 | 4123                   | 2 068                  |
| 1987 | 4500                   | 1 996                  |
| 1988 | 4800                   | 1 584                  |
| 1989 | 2707                   | 1 241                  |
| 1990 | 3640                   | 1 268                  |
| 1991 | 3607                   | 1 195                  |
| 1992 | 4188                   | 1 099                  |
| 1993 | 4305                   | 1 117                  |
| 1994 | 3392                   | 1 396                  |
| 1995 | 4577                   | 1 433                  |
| 1996 | 3753                   | 1 455                  |
| 1997 | 3138                   | 1 618                  |
| 1998 | 4512                   | 1 675                  |
| 1999 | 3825                   | 1 139                  |
| 2000 | 3899                   | *                      |
| 2001 | 3042                   | *                      |

\*Valores indisponíveis

Fontes: ICCO

Após a privatização das terras, os agricultores conseguiam escoar a sua produção vendendo o cacau em goma<sup>5</sup> (pois não tinham secadores, que pertenciam às

<sup>5</sup> O conceito de cacau em goma refere-se ao conjunto das sementes com a polpa que as envolve.

empresas estatais desmanteladas), aos compradores nacionais, vendendo a sua produção a um preço muito baixo.

Em 1999, o governo, reconhecendo o fracasso dos programas de reabilitação do cacau e do café, anunciou uma mudança política que iria favorecer os pequenos agricultores e a produção local de alimentos. Estas medidas políticas surgem no rescaldo de uma grande queda do preço do cacau em 1998 que originou o abandono dos cacaueiros e uma consequente diminuição da produção. As fracas colheitas foram também devidas, em parte, ao ataque do insecto *Selenothrips rubrocinctus* Giard., que afectou 40% da cultura de cacau. Na opinião de alguns técnicos, este fenómeno pode associar-se ao corte de muitas árvores sombreadoras com valor comercial, pelos pequenos agricultores, com intenção de se capitalizarem. Nas palavras de António Dias (chefe da Fileira de Cacau Biológico em 2006): “Muitos só aplicaram pesticida e não replantaram árvores de sombra.” O Banco Mundial culpou a fraca provisão de serviços agrícolas, por parte do Governo, no alastrar da praga (Seibert, 2006).

Em 2000, devido ao baixo preço do cacau no mercado internacional, o Governo tinha abolido a taxa de exportação, estando os exportadores sujeitos apenas ao pagamento dos serviços portuários (PPADPP, 2000).

#### **4.3 | Projecto de Privatização da Terra e de Apoio ao Desenvolvimento do Pequeno Produtor (PPADPP)**

Em 1975, após ter proclamado a sua Independência de Portugal, o Governo Santomense optou pela nacionalização das antigas roças pertencentes à colonização portuguesa. Neste processo foram criadas quinze grandes empresas estatais agro-pecuárias, que abrangiam mais de 80% da terra agricultada.

Durante a época colonial a agricultura sempre foi equacionada como uma actividade dirigida para a exportação. Assim, os géneros alimentícios de primeira necessidade eram quase todos importados (Espírito Santo et al, 2001). A opção político-económica de nacionalização da terra e criação de empresas estatais forçou o país a continuar dependente da exportação de uma única cultura (desde a independência, o cacau regularmente representou mais de 90% das exportações) e da importação de alimentos (Seibert, 2006). A má gestão, a que foram submetidas as empresas estatais, acrescida da persistente descida dos preços do cacau desde 1979, levou ao colapso

financeiro e conduziu a uma pesada dívida externa (Temudo, 2008). Após década e meia, em finais dos anos oitenta e princípios dos anos noventa, o Governo decidiu-se pelo afastamento do Estado da gestão destas empresas, que se ressentiam, de forma mais profunda, da crise económica de que já padeciam mesmo antes da independência (PPADPP, 2000).

O PPADPP surge na necessidade de encontrar uma nova estrutura agrária a partir da distribuição de terras para fins agrícolas em nove das empresas supra mencionadas que eram caracterizadas por (cf. Mendes, 2005):

- uma profunda degradação económica e social;
- uma forte presença de Estado na sua gestão económica;
- um sistema de monocultura de cacau caracterizado por índices de produtividade bastantes baixos, profunda desmotivação dos trabalhadores, custos de produção cada vez mais elevados contra níveis de produção cada vez mais baixos;
- termos de troca bastante desfavoráveis para a economia destas empresas;
- fraca capacidade de investimento;
- limitada capacidade de gestão;
- limitada capacidade de diversificação.

Das quinze empresas estatais agro-pecuárias, quatro já estavam em contrato de gestão (Uba Dubo, Bela Vista, Santa Margarida e Monte Café) e as outras duas encontravam-se sob regime de arrendamento (Diogo Vaz e Agostinho Neto), tendo sido alvo de avultados financiamentos externos com o intuito de dinamizar a exportação de cacau (PPADPP, 2001).

As actividades de materialização do projecto tiveram o seu início nos finais de 1992, e o financiamento ficou a cargo de um conjunto de entidades internacionais e nacionais tais como a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID/Banco Mundial), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Caixa Francesa de Desenvolvimento (CFD), o Fundo da Cooperação Francesa (FAC), o GTZ (Agência de Cooperação Alemã) e o Governo Santomense. As componentes do referido projecto tinham por base (PPADPP, 2001):

- a distribuição de terras a privados, para o seu sustento próprio;
- medidas para a redução de mão-de-obra e de apoio económico;
- uma reforma operacional e de gestão do sector do cacau;



- administração e criação de serviços de apoio ao sector agrícola.

O PPADPP propunha construir uma nova estrutura fundiária que ficou definida por (PPADPP, 2001):

- um número reduzido de grandes empresas (as seis que tinham sido alvo da injeção de capitais), para não colocar em risco a produção de cacau como única fonte de divisa para o País;
- um número razoável de médias empresas capazes de revolucionar e modernizar a agricultura criando novas fileiras para a exportação;
- a criação de seis mil pequenas empresas familiares com o objectivo de produzir alimentos para o mercado interno e para sua subsistência.

Apesar dos pressupostos iniciais de que as privatizações iriam aumentar a eficácia da produção agrícola, eliminariam as perdas financeiras das empresas estatais e encorajariam a diversificação da produção agrícola, o PPADPP acaba por não ser concebido como um projecto de reforma agrária ou de desenvolvimento rural, mas antes como um projecto de distribuição de terras que deveria visar, de forma prioritária, os antigos trabalhadores das empresas estatais. O gabinete de reforma fundiária (GRF) ficou incumbido de executar o Programa de Distribuição de Terras (Temudo, 2008).

O quadro jurídico da propriedade fundiária, é definido pela Lei de Terras (lei nº3/91) que estabelece os métodos e mecanismos de obtenção da terra, assim como os mecanismos de transferência dos direitos da terra (cf. Temudo, 2008):

- A disposição de terrenos de Estado a favor de particulares pode ser feita por ajuste directo (salvo se houver mais do que um candidato), hasta pública ou concurso público. No caso das médias empresas (mais de 10 ha) torna-se necessária a apresentação de um plano técnico-económico e a indicação das fontes de financiamento. Porém, « a obrigatoriedade de concurso público pode ser eliminada pelo conselho de ministros por circunstâncias sócio-económicas especiais, fazendo-se o contrato por ajuste directo »;
- O beneficiário da terra deverá cultivá-la pessoalmente durante um período de pelo menos cinco anos, sendo a agricultura a sua profissão habitual e permanente;

- A renda de usufruto é estabelecida sobre 15 % do produto do prédio, sendo a produção anual determinada através da rentabilidade normal da unidade de cultura a definir em legislação própria.

A área média de referência dos lotes a atribuir aos pequenos agricultores, que inicialmente deveria rondar os 3,6 ha, foi reduzida para 2,5 ha face à crescente procura de terras por beneficiários inicialmente não previstos, reforçada pelas pressões sociais e políticas exercidas sobre a equipa do projecto. Pelo contrário, segundo o Decreto nº 73/95, a dimensão máxima de referência das médias empresas passou de 50 para 100 hectares, podendo atingir os 150 mediante parecer do GRF (Temudo, 2008).

#### **4.3.1 | A aplicação de algumas das componentes**

##### **4.3.1.1 | Medidas para a redução de mão-de-obra e de apoio económico**

Algumas das medidas previstas pelo Governo não se realizaram, uma vez que um dos organismos responsáveis pelo financiamento retirou o seu apoio. No entanto, ocorreram compensações financeiras a ex-trabalhadores das empresas estatais, as aposentações foram atribuídas a todos aqueles que atingiram a idade de reforma antes do processo de distribuição, as casas das plantações não foram retiradas aos seus moradores (com promessa de doação) e cumpriu-se a ajuda alimentar durante um ano por parte do Programa Alimentar Mundial (PAM) (PPADPP, 2001).

##### **4.3.1.2 | Reforma operacional e de gestão do sector do cacau**

A estratégia consistia na transferência das responsabilidades de produção e comercialização para o sector privado. Nesse sentido ocorreram: a revisão dos contratos de arrendamento existentes com base em estudos de viabilidade; a conversão de contratos de gestão em contratos de arrendamento com os mesmos operadores privados e administradores destas empresas e a reabilitação adicional das plantações; a criação das Sociedades de Gestão e Comercialização (SACs); a liberalização de preços, redução de taxas de exportação e melhoria de qualidade de cacau (PPADPP, 2000).

Estas acções levaram à continuação da política de distribuição de terras das empresas objecto destes contratos, alargando o número de empresas familiares e redimensionando as antigas grandes empresas que tinham permanecido à margem da

reforma a fim de as tornar mais rentáveis. Os contractos de Uba Dubo e Santa Catarina acabariam por ser rescindidos, obrigando o Estado a assumir de novo a sua gestão.

Para evitar o monopólio comercial, o Governo e o Banco Mundial tomaram a iniciativa de criar duas Sociedades Agro-comerciais (SACs), uma em 1994 na Zona Norte do país, a SAC SODEAP, e a segunda em 1996 na zona sul do país, a SAC AGRICOM. As mesmas tinham por função: manter e gerir os núcleos tecnológicos (secadores de cacau e outros produtos e armazéns de produtos acabados) até à sua privatização; fornecer factores de produção essenciais e serviços de mercado aos agricultores; proceder à compra, processamento e comercialização da produção das plantações distribuídas; importar e fornecer factores de produção agrícolas para venda aos agricultores numa base de dinheiro à vista ou a crédito aos pequenos proprietários; materializar tarefas não comerciais tais como distribuição da ajuda alimentar, pagamento de serviços de educação e saúde, entre outros (PPADPP, 2000). Porém, as SACs rapidamente ficaram descapitalizadas e nunca chegaram a assegurar as funções sociais previstas. Nas restantes terras entregues a grandes e médias empresas, os trabalhadores que permanecessem como assalariados deveriam usufruir da garantia de fornecimento desses serviços sociais pelos novos patrões (Temudo, 2008).

#### **4.3.2 | O balanço do PPADPP**

Em Dezembro de 2000 o programa de reforma agrária termina tendo criado cerca de 6300 pequenos agricultores, com lotes de dois a três hectares cada, e cerca de cento e setenta médias empresas com dez a duzentos hectares (Seibert, 2006)<sup>6</sup>. No entanto, a reforma continuou porque, como foi referido anteriormente, nem toda a terra tinha sido distribuída (quadro 2).

Na distribuição de terras, houve ainda necessidade de incluir terras que tinham sido abandonadas há alguns anos pelas empresas estatais, por incapacidade de as

---

<sup>6</sup> A análise das listas dos beneficiários, cedidas pelo GRF, revelou a existência de lotes com áreas inferiores a dois hectares. Este facto é devido à atribuição de lotes a pessoas que inicialmente não estariam contempladas, levando à diminuição das áreas cedidas para a satisfação das necessidades.

trabalhar. Estas terras apesar de “encapoeiradas”<sup>7</sup> têm cacau ou características que permitem o seu aproveitamento na produção de bens alimentares, representando cerca de 25% da terra distribuída (Vieira, 1995).

Segundo Temudo (2008), “A viabilidade económica das novas explorações familiares ficou à partida comprometida não só pela exiguidade da área das parcelas, como também pela sua qualidade (não existência ou má qualidade dos cacauzeiros, baixa fertilidade do solo, elevado declive, encapoeiramento das parcelas), dado que as áreas mais produtivas foram entregues a médias e grandes empresas.”

Em Junho de 2001, os pequenos agricultores queixavam-se da falta de oportunidades de exportação para os seus produtos, pois a produção de tomates, bananas e outras culturas excedia a procura local, devido ao pequeno mercado e ao fraco poder de compra da população. O excesso de produção resultou na diminuição dos preços, não chegando para cobrir os custos de produção de muitos pequenos agricultores (Seibert, 2006). Segundo Temudo (2008), o que actualmente os pequenos agricultores reivindicam é o apoio para o escoamento da sua produção, o abastecimento do mercado em factores de produção a preços não especulativos e ainda ajuda na desmatção, em casos de parcelas completamente “encapoeiradas”. Os problemas surgem também na falta de capacidade de transportar os produtos até aos mercados.

Em 2004, o cacau ainda representava 91,4% das exportações, ilustrando o insucesso do programa de diversificar as exportações, e ocupava cerca de 60% da terra arável plantada (Seibert, 2006). Preconiza-se, por isso, que a médio prazo esta cultura comercial se irá manter como a principal cultura, tanto para o rendimento rural como para exportação.

---

<sup>7</sup> Designa-se capoeira a formação secundária que resultou da floresta primitiva degradada pelo homem que, pelas vicissitudes económicas, abandonou este território. Nesse abandono a vegetação refez-se, em composição nova, onde além de espécies sobreviventes, vestígios de antigas culturas, se encontram outras estranhas (Tenreiro, 1961).

Quadro 2: Resumo geral da distribuição de terras agrícolas (1993-2005)

| Ano          | Área Bruta (ha) | Área pequeno Agricultor (ha) | Área peq. Agric. por distribuir (ha) | Média empresa atribuída (ha) | Média empresa reconfirmada (ha) | Florestas e outras áreas (ha) | Nº de famílias |
|--------------|-----------------|------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|----------------|
| 1993         | 3946            | 1592                         | 0                                    | 0                            | 1287                            | 1067                          | 846            |
| 1994         | 8372            | 3083                         | 0                                    | 212                          | 413                             | 4664                          | 859            |
| 1995         | 6177            | 2578                         | 0                                    | 1936                         | 163                             | 1500                          | 917            |
| 1996         | 4397            | 1764                         | 0                                    | 321                          | 0                               | 2312                          | 730            |
| 1997         | 6407            | 2472                         | 0                                    | 1692                         | 0                               | 2243                          | 1151           |
| 1998         | 2805            | 1162                         | 0                                    | 83                           | 0                               | 1561                          | 665            |
| 1999         | 1550            | 1167                         | 0                                    | 115                          | 56                              | 212                           | 750            |
| 2000         | 4352            | 1055                         | 0                                    | 1450                         | 0                               | 1847                          | 645            |
| 2001         | 4405            | 3966                         | 0                                    | 350                          | 0                               | 89                            | 1969           |
| 2002         | 866             | 263                          | 0                                    | 182                          | 0                               | 421                           | 171            |
| 2003         | 245             | 190                          | 0                                    | 25                           | 0                               | 30                            | 32             |
| 2004         | 288             | 129                          | 64                                   | 52                           | 0                               | 42                            | 142            |
| 2005         | 2336            | 390                          | 94                                   | 777                          | 0                               | 1105                          | 252            |
| <b>Total</b> | <b>46144</b>    | <b>19808</b>                 | <b>158</b>                           | <b>7195</b>                  | <b>1919</b>                     | <b>17094</b>                  | <b>9129</b>    |

Fonte: GRF

Em 2005, o número total de área distribuída era de cerca de vinte e oito mil novecentos e vinte e dois hectares, contabilizando 31,5% de terras atribuídas a médias empresas e 68,5% a pequenos agricultores, tendo beneficiado, neste processo, nove mil cento e vinte e nove famílias. À data da recolha dos dados estes valores ainda se mantinham, apesar de cento e cinquenta e oito hectares de terra não se encontrarem distribuídos.

#### 4.4 | Programa Nacional de Apoio à Pequena Agricultura Familiar (PNAPAF)

Este programa foi iniciado em 1995, através do financiamento do FIDA, e finalizaria em 2000, tendo sido prorrogado até 2003. O seu objectivo era o de dar apoio aos pequenos agricultores, dando origem a uma reestruturação da zona rural. A sua concretização seria assegurada por diversas Organizações Não Governamentais (ONG) internacionais e locais, das quais se destacam a americana Clusa, as francesas Association Française des Volontaires du Progrès (AFVP) e Centre International de Développement et de Recherche (CIDR) e a italiana Nuova Frontiera e respectivamente as suas sucessoras locais Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais (Zatona-ADIL), Associação de Desenvolvimento Agro-pecuário e Protecção do

Ambiente (ADAPPA), Micondó e Quatelá. A Federação Nacional dos Pequenos Agricultores (FENAPA) surge em 2007 com o objectivo de coordenar e representar os pequenos agricultores, servindo de mediador entre estes e o governo (Temudo, 2008).

Segundo Temudo (2008), “Nenhuma das organizações não governamentais põe em causa a forma como a terra foi distribuída e a situação de injustiça social criada pela não atribuição de lotes, nomeadamente a reformados e a jovens, e o absentismo total de muitos médios empresários e de beneficiários de pequenos lotes – que não faziam parte dos antigos trabalhadores de campo das roças/empresas estatais, vivem em pólos urbanos e desenvolvem outras actividades –, que vêem a terra como um recurso e um atributo da sua condição de forro”. Segundo a autora, as novas distribuições de terra resultantes do redimensionamento/desmantelamento das empresas que tinham permanecido à margem da reforma, não contemplaram os jovens rurais que são obrigados a dedicar-se à colheita de vinho de palma, à confecção de carvão ou ao assalariamento para beneficiários de terra absentistas, por forma a garantirem a sua subsistência. Acresce, ainda, que “não existem quaisquer intervenções de desenvolvimento que visem capacitar e criar alternativas de emprego para os jovens rurais” (Temudo, 2008).

O desenrolar do PPADPP levou ao aparecimento de mais de uma centena de comunidades rurais autónomas. Paralelamente à criação destas comunidades foram surgindo diversas formas de organizações sociais de representatividade colectiva que conheceram várias denominações, Associações Comunitárias, Cooperativas, entre outras. No âmbito do programa PNAPAF surgiram noventa e oito associações campestinas que foram enquadradas pela Zatona-ADIL, tendo sido considerado que nenhuma tinha ainda adquirido uma boa capacidade de funcionamento, organização e gestão de recursos, capazes de serem autónomas e não necessitarem de assistência técnica externa (Mendes, 2005).

“Ribeiro (cit. in Temudo, 2008) afirma que as ONGs têm enfrentado grandes dificuldades na identificação de líderes nas comunidades e que « a tendência geral tem sido colocar a presidência das associações [...] nas mãos dos antigos responsáveis das *plantations* », i.e., os capatazes e feitores que « têm então o seu poder reforçado pelos agentes de desenvolvimento »” .

#### **4.5 | Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal – PAPAFA**

Este projecto, financiado pelo FIDA, entrou em vigor em Março de 2003, tendo como objectivo geral melhorar as condições de vida dos grupos-alvo em zonas rurais pobres, ou seja, cerca de cinquenta e oito mil pessoas (pequenos agricultores, pescadores artesanais e mulheres), garantindo a sua subsistência (Mendes, 2005). Tem uma duração de doze anos (2003-2015), dividida em quatro ciclos, com avaliações intercalares, onde é decidido a continuação do programa ou a sua cessação. O projecto é flexível, ou seja, cada ciclo pode possuir diferentes objectivos. Neste momento, já se deu por concluído o primeiro ciclo.

No âmbito do “Acordo de Crédito”, elaborado entre o FIDA e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, uma das condições para a entrada em vigor do programa era a criação de uma associação responsável pela gestão do PAPAFA. Assim sendo, foi constituída em Julho de 2002 a Associação para a Gestão de Programas de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (Agrifapa) com os seguintes órgãos sociais: Assembleia-geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal (Mendes, 2005).

No documento de avaliação do primeiro ciclo do PAPAFA são definidos os seguintes objectivos:

- Apoiar a estruturação do mundo rural através da criação de organizações de base e organizações profissionais fortes;
- Contribuir para a criação, a curto/médio prazo, de autoridades locais para o estabelecimento de uma política de uso da terra adaptada à nova sociedade rural;
- Contribuir para a criação e funcionamento de uma gama de serviços capazes de satisfazer as principais áreas necessárias e solicitadas pela população rural (sociais, técnicas, económicas e financeiras);
- Reforçar as capacidades das populações rurais mais pobres, a fim de melhorar as actividades económicas, incluindo a integração em novos mercados e desenvolvimento de novos produtos.

No primeiro ciclo do programa, foram elaborados contratos com duas ONGs nacionais: a Zatona-Adil (para a estruturação do meio rural através do reforço da capacidade das

organizações rurais de base) e a ADAPPA (para o reforço da oferta de serviços no mundo rural). Estes contratos tiveram o seu início em 2003 e prolongaram-se até ao ano de 2005 (Mendes, 2005).

Por forma a que a intervenção fosse relevante e eficaz, foi feita uma avaliação prévia da estruturação do mundo rural, com os seguintes objectivos específicos (Mendes, 2005):

- Prosseguir e apoiar os esforços levados a cabo no âmbito do PNAPAF na formação das organizações de base melhorando o papel das mulheres e tornando autónomas as associações rurais;
- Desenvolver uma capacidade de alfabetização funcional;
- Contribuir para a criação a médio/longo prazo das colectividades locais no quadro do estabelecimento de uma política de ordenamento do território adaptada à nova sociedade rural em construção.

No arranque do PPAFPA estavam inicialmente contabilizadas para apoio sessenta e cinco comunidades rurais, emergentes das actividades do PNAPAF. Atendendo à tipologia<sup>8</sup> que entretanto fora criada para o enquadramento e avaliação<sup>9</sup> das comunidades só cinquenta e cinco permaneceram, tendo sido excluídas as

---

<sup>8</sup> O estudo realizado em 2001 pela Zatona-Adil, no âmbito do programa PNAPAF, levou à criação de 4 categorias de associações que indicava o seu estágio de desenvolvimento: Categoria A- associações com bom nível de organização e funcionalidade, com boa capacidade de gestão e mobilização dos seus membros e capazes de desenvolverem as suas actividades sem a presença assistência técnica externa; Categoria B- associações com um nível regular de organização e funcionalidade, com boa capacidade de gestão de recursos e mobilização dos membros, mas que no entanto necessitam de uma assistência pontual; Categoria C- associações com um nível fraco de organização, têm dificuldades em gerir os recursos e mobilizar os membros. Só funcionam com assistência técnica externa sistemática; Categoria D- organizações com um nível muito baixo de organização e funcionamento, são pouco apoiadas pelos membros e mesmo com a assistência técnica sistemática não funcionam.

<sup>9</sup> Os critérios de avaliação das comunidades incluíam programa das actividades, realização de reuniões, fornecimento de cacau em goma, existência de contabilidade e prestação de contas, legalização, participação das mulheres na gestão e seguimento, reserva das Associações, gestão das actividades económicas, prestação do gestor principal.



disfuncionais (categoria D) e as que possuíam um nível de organização superior (categoria A) (Mendes, 2005).

Em 2004, das cinquenta e cinco associações enquadradas pela Zatona-Adil, somente vinte ficaram a receber assistência técnica. Todas elas estavam incluídas no programa de produção do cacau biológico, estando onze na fase de exportação e nove na fase de conversão. As restantes trinta e cinco desenvolviam diferentes actividades económicas, que iam desde a comercialização do cacau convencional de qualidade, seco e em goma, a transformação de produtos agrícolas, a cultura de pimenta e da baunilha, a exploração de lojas comunitárias e a exploração de transportes (Mendes, 2005). Dentro do programa destaca-se um fundo de infra-estruturas comunitárias (FIC), numa tentativa de fixar as pessoas nas zonas rurais, consistindo na reabilitação das casas, estradas e abastecimentos de água. O cacau de qualidade e biológico representava em 2005 a actividade económica com maior importância nas Associações Comunitárias que o praticavam (Dias, 2006).

## 5 | Fileira de Produção de Cacau Biológico

O programa piloto para o desenvolvimento da “Fileira de Produção de Cacau Biológico”, remonta ao ano de 2001, ainda no quadro do programa PNAPAF. Posteriormente é incluído na componente de apoio a actividades económicas e inovadoras do PAPAFA, em vigor desde 2003.

Na primeira fase, com duração de quatro anos, foram escolhidas doze comunidades, as quais, nos três anos seguintes, entraram num período de conversão de cacau convencional para biológico. A escolha destas comunidades, segundo António Dias (chefe da fileira de cacau biológico) baseou-se nas condições climáticas, na predominância da variedade “amelonado”, no estado da produção nos lotes e ainda na motivação da população.

Em São Tomé, a nível climático podem considerar-se três grandes regiões: a do nordeste, a do centro – ocidental e a do sul (Tenreiro, 1961). Inicialmente as comunidades eleitas, situavam-se na região nordeste. Esta é considerada a região mais seca de São Tomé, evitando-se, teoricamente, os problemas com o míldio no cacau de forma generalizada. No entanto, nas zonas mais altas este permanece, pois verifica-se uma maior taxa de precipitação.

Numa segunda fase, a questão da localização também foi tomada em consideração, ou seja, surgiu a preocupação das comunidades aderentes ao programa não estarem demasiado afastadas, o que foi designado por “fechar a bacia”.

O projecto financiou a construção de infra-estruturas e unidades de transformação (caixas de fermentação, secadores solares e armazém) e a compra de instrumentos (balança, termómetro e armadilha de insectos para o armazém), por forma a que os agricultores detivessem o controle de toda a cadeia de produção-transformação.

Nesse mesmo ano de 2001, a empresa Diogo Vaz entra também na fase piloto, pois situava-se na zona onde os cacaueiros tinham as qualidades consideradas ideais, tornando-se posteriormente, na fase de exportação, responsável pela recolha e compra do cacau seco. Segundo o relatório de avaliação do primeiro ciclo do PAPAFA, a empresa foi retirada do grupo em virtude de não seguir os conselhos técnicos de produção biológica, (PAPAFA, 2006). No entanto, a versão da empresa é a de que esta estava descontente com a diminuição da produção e com o facto de que havia outra empresa francesa a fazer a exportação do cacau biológico, quando

supostamente a Diogo Vaz teria a exclusividade. Estas revelações teriam levado a uma situação de ruptura nas relações da empresa Diogo Vaz com o director da empresa KAOKA, a empresa francesa responsável pela compra do cacau biológico produzido em São Tomé e Príncipe.

Das doze comunidades, uma também foi retirada do programa, pois a cláusula de venda de cacau só seco não estava a ser cumprida, ou seja, os produtores estavam a vender cacau em goma aos compradores nacionais. No entanto, esta decisão não foi bem recebida pela comunidade. Nas palavras de um agricultor de Ribeira Palma Sede “Teve que ser chamada a polícia para as pessoas da comunidade deixarem sair os secadores”. Esta falta de cumprimento das normas pode ser explicada pelo baixo poder de compra e pela dificuldade de gerirem o dinheiro, o que levou os produtores a procurarem dinheiro rápido. Este problema revelou-se ainda uma realidade em Dezembro de 2006, onde, em visita a uma comunidade, vários produtores admitiram a necessidade de vender cacau em goma para poderem comprar produtos que precisassem no dia.

Antes da fase de exportação, o escoamento do produto era feito através da venda aos compradores nacionais. O Centro de Investigação Agro-Tecnológico (CIAT) era o organismo responsável pelas análises (físicas e químicas) e pelo fornecimento das sementes para a replantação do cacau e das árvores de sombra.

No sentido de realizar as actividades e objectivos do PAPAFA, foi elaborado um contracto, “Contracto Quadro de Operador”, com duas ONGs locais. As ONGs escolhidas, na primeira fase, pelo desenvolvimento desta actividade económica foram a Zatona-ADIL, que ficou responsável pela formação e estruturação dos produtores em Associações de Produtores, e a ADAPA que era responsável pela melhoria da qualidade do cacau, pelo aumento da produção e produtividade das parcelas através da replantação de cacauzeiros e de árvores de sombra, pelo esclarecimento das técnicas de transformação do cacau e de combate das pragas e doenças, segundo a regulamentação europeia de culturas biológicas, (Mendes, 2005).

O programa incluiu também a formação, por parte da Zatona-ADIL, dos designados Comitês do Cacau, que em cada comunidade são responsáveis pela fermentação, secagem e armazenamento do cacau e pela gestão dos recursos financeiros (aprendizagem na elaboração e arquivamento dos registos de produção e venda).

O Comité é formado por 3 elementos: o gestor, o auxiliar e o tesoureiro. O gestor é a pessoa que faz pessoalmente a venda do cacau na cooperativa, sendo-lhe entregue directamente o dinheiro que terá que distribuir pelos produtores.

A maioria das organizações pertencentes à produção de cacau biológico surgiu a partir das Associações Comunitárias existentes, do que resulta que a maior parte, senão a totalidade, dos membros das Associações Comunitárias são também membros das Associações de Cacau Biológico e embora independentes estatutariamente, esta última organização parece ser uma espécie de complemento da outra (Mendes, 2005).

Com o afastamento da empresa Diogo Vaz, os responsáveis do programa de cacau biológico procuraram que os agricultores fizessem a própria exportação do cacau formando a Cooperativa dos Exportadores de Cacau Biológico (CECAB), com sede actual em Monte Forte. Esta foi alvo de investimentos em logística, dos quais se salienta a compra de tractores (para recolha do cacau seco nas comunidades), motas para os vulgarizadores e equipamentos e infra-estruturas de secagem para dar apoio aos produtores.

Na segunda fase do programa, os contratos com as ONGs haviam sido rescindidos porque, segundo Hélder Pinto (Director do PAPAFA) chegaram à conclusão que o tipo de gestão não estava a funcionar. Alguns técnicos das ONGs, rescindiram os seus contractos com as mesmas, tornando-se funcionários permanentes da fileira de produção de cacau biológico.

As comunidades que se encontram na fase de exportação obtiveram, em 2004, os certificados internacionais de produção biológica para a obtenção do rótulo biológico através da ECOCERT internacional. A certificação rege-se pela legislação francesa e consequentemente pelo **regulamento (CEE) nº 2092/91** da União Europeia, uma vez que a produção de cacau biológico é integralmente exportada para França. A empresa de certificação dirige-se uma vez por ano a São Tomé e Príncipe para proceder a uma fiscalização externa. Por outro lado, o aconselhamento global da cadeia produtiva é feito pela sociedade KAOKA que por sua vez adquire toda a produção de cacau biológico. Para tal foi assinado um contrato em Março de 2005 com a CECAB (Mendes, 2005). Esta sociedade é filiada na associação "BIO EQUITABLE" (Organic Fair Trade), que integra os critérios adequados para a agricultura biológica e de comércio justo, reunindo pequenas e médias empresas que têm como critério produzir numa linha de desenvolvimento económico sustentável. Esta tem como objectivo

garantir ao consumidor que os produtos que ostentam o logotipo cumprem os seguintes critérios (KAOKA, 2008):

- Conformidade com as regras definidas a nível internacional para a agricultura biológica, por um lado, e pelo comércio justo, por outro.
- Conformidade com critérios ambientais e sociais que são complementares nos modos de produção, transformação e distribuição;
- Autorizações para os produtores locais no contrato de base;
- Os custos da certificação "BIO ÉQUITABLE" e "Agricultura Biológica" são total ou parcialmente a cargo das empresas;
- Assistência técnica e ajuda na fiscalização permanentes, respeitando culturas e tradições locais;
- Contrato baseado num preço mínimo garantido que permita uma remuneração justa para os produtores;
- Respeito dos direitos humanos básicos e elementares;
- Desenvolvimento de uma agricultura sustentável e manutenção do tecido local.

Ao longo de toda a cadeia, a observação de tais critérios, é controlada pela ECOCERT.

## **5.1 | Metodologia de intervenção**

De acordo com o chefe da fileira de cacau biológico do programa PAPAFA, há a apontar dois grandes problemas na produção de cacau, que se prendem com o défice hídrico, motivado pela seca e por condutas de irrigação destruídas (existentes até aos anos 90, mas que se degradaram devido à falta de manutenção), e pela baixa densidade do cacausal. Um terceiro problema que ainda pode ser apontado, segundo o mesmo, é a fraca dedicação ao trabalho por parte das pessoas: “Existem pessoas que trabalham só na colheita e muitas vezes não colhem o que podiam”.

Segundo o relatório do primeiro semestre de 2006 do programa de cacau biológico, o número de comunidades aderentes, até esse período, tinha passado para trinta e três, vinte em São Tomé com um total de setecentos e setenta agricultores e dez na região autónoma do Príncipe com um total de cento e cinquenta e oito agricultores. Das vinte comunidades de São Tomé, dezassete encontravam-se já na fase de exportação e as

restantes três na fase de conversão<sup>10</sup>. Na perspectiva de aumentarem o número de comunidades aderentes ao programa e consequentemente a produção de cacau biológico, os responsáveis do projecto desenvolveram campanhas de sensibilização. No ano de 2006, em São Tomé, três comunidades que pertenciam à empresa Diogo Vaz estavam a ser objecto destas campanhas: Mulundo, Santa Clotilde e São José.

Até ao ano de 2006 (altura em que foi realizada a pesquisa), as acções de extensão rural levadas a cabo pelos técnicos baseavam-se em:

- a) Visitas de controlo interno e inspecção das plantações, incluindo inquéritos anuais aos beneficiários de produção biológica;
- b) Apoio técnico à luta contra os ratos, através de práticas tradicionais e preventivas como a limpeza de lotes, armadilhas de bambu (*mutambú*), utilização de mistura de coco com cimento ou de fermento com açúcar;
- c) Replantação do cacauzal<sup>11</sup>;
- d) Ressombreamento, na sua maioria com as plantas gogô (*Carapa procera*), *Acácia* sp., cidrela (*Cedrela odorata*), amoreira (*Milicia excelsa*) e pau tabaque (*Cordia platythyrsa*)<sup>12</sup>;
- e) Seguimento técnico do programa de transformação;
- f) Apoio técnico na gestão do fundo de reserva das associações de produtores<sup>13</sup>.

As visitas de controlo interno consistem na aplicação de um questionário aos produtores. O dia da quebra dos frutos é aquele, segundo os vulgarizadores da fileira de cacau biológico, que melhor se adequa para este efeito, uma vez que é quase garantida a presença do agricultor, ou no lote, ou junto da balança para pesagem do cacau em goma. Este questionário vai, até certo ponto, garantir à Ecocert que as

---

<sup>10</sup> Ver em anexo os quadros 1 e 2 das associações de cacau biológico na ilha de São Tomé (com avaliação do nível de desempenho das associações pelo programa) e das associações na região autónoma do Príncipe.

<sup>11</sup> Ver em anexo Quadro 3: Plantas de cacau distribuídas, dos dados oficiais da Fileira de Produção de Cacau Biológico.

<sup>12</sup> Ver em anexo Quadro 4: Plantas sombreadoras introduzidas, dos dados oficiais da Fileira de Produção de Cacau Biológico.

<sup>13</sup> Ver em anexo Quadro 5: Gestão do fundo de reserva, dos dados oficiais da Fileira de Produção de Cacau Biológico.

regras de cacau biológico estão a ser cumpridas. No questionário consta o tipo de tratamentos que fazem, o estado do lote (capina, sombra), se plantaram árvores de sombra, se tiraram alguma árvore, se plantaram cacauzeiros, se pediram plantas para o viveiro, quais os problemas que tinham (ratos, míldio), entre outros. Este trabalho de controlo interno é muito trabalhoso e as pessoas ficam pouco receptivas porque são interrompidas no seu trabalho. As áreas registadas nas listas fornecidas pelo GRF estão erradas, o que dificulta a identificação dos lotes e dos seus beneficiários.

Um caso que ilustra bem a falta de formação de alguns produtores foi o observado numa ida ao campo em Outubro de 2006. Juntamente com dois vulgarizadores do projecto, foi-me possível assistir à aplicação do questionário a cada um dos produtores de cacau biológico na comunidade Laranjeiras. Durante o questionário, logo ao primeiro entrevistado, perguntam-lhe quais os tratamentos que ele tinha feito naquele ano, ao que ele responde “ nenhuns”. No entanto, quando lhe perguntam o que é que tinha feito em relação aos ratos ele responde “veneno” (que é proibido). O agricultor, um jovem com cerca de vinte anos, quando se apercebe do que disse tenta negar tudo, mas o discurso continua confuso a ponto do vulgarizador lhe comunicar que seria excluído do programa. Esta sanção, a ser cumprida, prolongar-se-ia por três anos. Ao longo daquela manhã, em que pude assistir às entrevistas, a impressão com que fiquei foi que a maioria das pessoas não sabia realmente quais as regras a seguir na produção de cacau biológico, já que ficavam na dúvida sobre o que responder, pois era um discurso sem grande convicção e com respostas a medo.

Do valor de cacau seco vendido é retirado um montante fixo de 1500.00 dobras/kg de cacau seco a cada associação de produtores. Metade deste valor destina-se ao fundo de reserva destas associações, que é depositado na CECAB, e onde 20% daquele valor se destina à substituição dos plásticos das estufas. Este fundo é um modo de capitalizar as associações, dando-lhes fundo de maneio para investimentos futuros de que precisem. Os restantes 750,00 dobras são atribuídos à CECAB para cobrir despesas não especificadas pela mesma.

### **5.1.1 | A variedade amelonada nos lotes**

O termo amelonado ou amelonado-de-São Tomé surge da classificação de Van Hall (1932), baseada nas características dos frutos e das sementes com interesse agrícola e tecnológico. Segundo esta classificação, o amelonado é uma espécie integrada num

sub-grupo da classe dos forasteros. Os frutos têm como características gerais: sulcos bem marcados, superfície rugosa a lisa (sendo considerado que a qualidade do cacau é tanto melhor quanto mais rugosa for a superfície), coloração amarela a amarela-alaranjada quando maduro, forma elipsóide, geralmente grandes, com comprimento maior que a largura, normalmente sem constrição basal e com sementes de cor violeta (Ferrão, 2002).

Caminhando pelos lotes dos agricultores são notórias as diferenças entre os cacaueiros. Os frutos quando maduros podem apresentar diferentes cores (alaranjados, outros mais amarelos, alguns de cor esverdeada, violáceos e vermelhos) e tamanhos. Este facto é atribuído à enorme variabilidade do material genético das plantações. A fecundação, sendo predominantemente cruzada e entemófila potencia a heterogeneidade nas plantações constituídas por material não homogéneo (Ferrão, 2002).

Apesar da crença dos técnicos e produtores do programa de cacau biológico, o amelonado puro é muito raro, existindo na realidade um híbrido de amelonado com outra espécie. Em São Tomé e Príncipe, foram seleccionados um número considerável de clones pela sua produção elevada, bom aspecto vegetativo, resistência a doenças, casca da cápsula leve, aroma das sementes, entre outros, aos quais foi atribuído o nome de SST (Seleção de São Tomé) adicionado de um número que identifica o clone (exemplo, SST200). O CIAT produz clones desde 1964.

Em entrevista com Severino N. Espírito Santo (Director do CIAT), foi abordada a questão das sementes de cacau que foram distribuídas aos agricultores no âmbito do programa do cacau biológico. Segundo o mesmo, existem três ou quatro cruzamentos entre plantas SST e clones importados, que produzem muito e são esses que preferencialmente são distribuídos no programa. As “cápsulas” vendidas no ano de 2006 continham uma mistura de 30% de híbridos IMC67 (importado) x SST120, 30% de IMC67 x SST121, 30% de DHS30 x SST123. O híbrido IMC76 importado também é muito usado no cruzamento com plantas SST.

Na maior parte dos SST não ocorre auto-polinização, o que obriga ao cruzamento com clones auto-compatíveis (obtendo híbridos auto-compatíveis) reduzindo a variabilidade na plantação. A polinização é controlada e manual. Após 4 dias, se a fecundação tiver êxito, as plantas têm “brinco” (fruto). Da cápsula que surge desse cruzamento, retiram as sementes para o viveiro.



No entanto, devido a uma quebra de produção, no primeiro semestre de 2006, o CIAT não pôde fornecer sementes suficientes ao programa do cacau biológico. Para que os agricultores pudessem fazer viveiro, os vulgarizadores tiveram que recolher nas plantações frutos de cacaueiros velhos, da variedade “amelonada”, em perfeito estado de maturação e com estado sanitário considerado perfeito. O processo de sementeira inicia-se com a despulpagem das sementes com serradura seca, sendo estas mais tarde colocadas em sacos de polietileno que são deixados no terreno debaixo de árvores de sombra. A transplantação ocorre cerca de 4 meses depois.

Alguns agricultores já faziam viveiro, por iniciativa própria, desde o início do programa. Segundo o director do CIAT é uma prática que não deveria ser encorajada porque pode dar-se o caso das sementes originarem plantas que são só clones importados ou SST, ou que simplesmente não produzam, comprometendo a produção e a qualidade do cacau.

## 5.2 | As duas comunidades em estudo

A localidade de Ribeira Palma era uma dependência (de 1975 até 1994) da empresa de Ponta Figo situada no distrito de Lembá e incluía as actuais comunidades de Ribeira Palma Praia e Ribeira Palma Sede. As localidades mais próximas são Neves (a 7 km) e Rosema (a menos de 1 km)<sup>14</sup>. No âmbito do programa nacional de privatização de terras, Ribeira Palma foi distribuída a 3 de Junho de 1994.

Quadro 3: Caracterização das terras da Associação Comunitária de Ribeira Palma

| Superfície total | Floresta | Nº de lotes | Superfície/lote | Total lotes |
|------------------|----------|-------------|-----------------|-------------|
| 410 ha           | 275 ha   | 49          | 2,5 a 3 ha      | 133 ha      |

Fonte: Afonso, 1994

As terras que não foram distribuídas, num total de 275 hectares (quadro 3), são muito declivosas e com floresta densa.

<sup>14</sup> Ver em anexo Mapa de São Tomé e Príncipe.

O clima é muito seco na estação da gravana<sup>15</sup>. A localidade não dispõe de uma estação meteorológica podendo-se, no entanto, tomar como referência os valores de queda pluviométrica de Neves, com registo de valores inferiores a 1000 mm anuais. À medida que a altitude se vai elevando, a precipitação também aumenta.

Actualmente, Ribeira Palma existe como Associação Comunitária englobando as duas comunidades de Ribeira Palma Praia (RPP) e Ribeira Palma Sede (RPS), que embora unidas nessa associação formaram Associações de Cacau Biológico distintas. A separação destas duas comunidades também é física. A comunidade de RPS encontra-se a uma altitude de 443 m. A estrada que faz ligação entre Neves e a comunidade encontrava-se, na altura do estudo, em péssimas condições, tornando difícil e demorada a deslocação e, nomeadamente, o comércio local. As duas comunidades comunicam por uma estrada de montanha que, apesar de ter sido alvo de obras para possibilitar a passagem do tractor do programa do cacau biológico, na recolha do cacau comercial, ainda se encontrava em más condições. As populações vivem concentradas numa área relativamente plana, em redor do que chamam o “quintal”, encontrando-se aí para conversar, trocar impressões e comercializar produtos. Em caso de festa, é aí que se celebra e onde se realizam os ajuntamentos para reuniões de interesse para toda a comunidade.

O “quintal” de RPP encontra-se, tal como o nome sugere, perto da praia, e o acesso pode ser feito através da estrada que vai de Neves até à cidade de São Tomé. A população, na altura do estudo, enfrentava diversos problemas sociais, nomeadamente, de alcoolismo, apresentando uma atitude muito negativa em relação à vida. Outro problema existente em RPP era o paludismo, que não se manifestava na comunidade de RPS por esta se encontrar a uma cota superior. Algumas famílias tinham como residência casas comboio, casas típicas dos trabalhadores das roças, do tempo colonial, que se encontravam em muito mau estado de conservação. No entanto, existiam já casas de madeira, construídas há pouco tempo, demonstrando uma evolução positiva nos anos mais recentes. Naquele ano, a Cruz Vermelha tinha construído latrinas e um tanque para a serventia da comunidade.

Desde o momento da adesão ao programa do cacau biológico que houve como que uma abertura da comunidade de RPP. O facto de esta comunidade ter passado a

---

<sup>15</sup> O termo gravana é atribuído ao período de chuva fraca e miúda, acompanhado de uma diminuição geral de temperatura em comparação à época das chuvas. Tem uma duração de Junho a Setembro.

estar organizada motivou a intervenção de outras ONGs e de outros programas, tendo estas iniciativas sido bem acolhidas.

A comunidade de RPS, por sua vez, demonstrava, à primeira impressão e em oposição à comunidade de RPP, um grande dinamismo e espírito de iniciativa. A população era boa anfitriã e tinha muito orgulho na sua comunidade. Este facto era inferido, observando o aspecto cuidado e convidativo do “quintal”, em oposição, mais uma vez ao “quintal” de RPP. Não havia casas comboio, algumas casas eram recentes e de alvenaria, construídas através de fundos comunitários do programa STABEX (*Stabilization of Exports System*). Existiam latrinas desde a construção das novas habitações e embora ainda não tivessem tanque, pois estavam a construí-lo, havia uma bica com água canalizada que servia a comunidade.

Face ao programa de cacau biológico, RPP era como que liderada pelo gestor, que apesar de ser muito criticado e pouco aceite naquela comunidade, conseguia mobilizar a população e incentivá-la a trabalhar. Era comum vê-lo a perguntar às pessoas se tinham ido para os lotes naquele dia, e ouvi-lo a falar no “quintal” sobre a importância de produzir muito. As fichas de produção, eram praticamente só registadas e consultadas pelo gestor, encontrando-se muito bem organizadas e completas.

Ribeira Palma Sede tinha uma postura completamente diferente da outra comunidade. Aqui, todas as questões tinham que ser discutidas com a população para chegarem a acordo, o que, por vezes, tornava os processos de decisão mais morosos. O gestor era muito jovem e não era muito organizado no que tocava a ter os registos em dia. Não era uma pessoa com muitos recursos, mas tinha o apoio do presidente da Associação Comunitária (produtor de cacau biológico na comunidade), que o ajudava nas suas funções.

Apesar destas diferenças, havia algo em comum, a competitividade. A preocupação dos líderes para produzir muito era uma constante, na perspectiva de serem reconhecidos pelo programa como bons produtores.

Os responsáveis da Fileira de Cacau Biológico, referenciaram no relatório do primeiro semestre de 2006 as Associações de Cacau Biológico, de ambas as comunidades, como tendo um bom estado global de funcionamento, (Dias, 2006).

### 5.3 | A produção de Cacau Biológico nas comunidades

Ao longo das várias visitas às comunidades, foi possível observar o modo de produção do cacau biológico comercial. Numa primeira parte, far-se-á uma súmula das características dos lotes, das espécies presentes e do modo de condução das plantações de cacau. Numa segunda parte, dar-se-á ênfase à tecnologia pós-colheita, relatando o processo observado nas duas comunidades de referência.

A grande maioria dos agricultores recebeu um único lote (87% em RPP e 74% em RPS). No entanto, uma parte dos produtores recebeu dois lotes (13% em RPP e 16% em RPS) e mesmo três lotes em RPS. Na data de entrega, estes apresentavam diferenças que podem ser consideradas determinantes para a produção de cacau. Era possível encontrar lotes encapoeirados com ou sem cacau, em produção e por último mistos (encapoeirados com cacau e em produção). Um beneficiário que tenha recebido um lote já em produção encontrar-se-ia em vantagem, pois não teria que passar pelo processo de plantar a totalidade do seu lote com cacauzeiros e/ou de desmatar a vegetação secundária, que pode ser bastante densa, comprometendo assim a mobilidade e a produção. Em RPP os lotes à data de entrega dividiam-se, essencialmente, entre encapoeirados com cacau e em produção, com 43% das respostas cada. Em RPS, 42% dos lotes eram encapoeirados com cacau e 37% eram mistos. No entanto, uma parte (21%) também se encontrava encapoeirada sem cacau (quadro 4). Os beneficiários que receberam lotes com cacau, assumiam a existência de diferentes variedades de cacau, dizendo que uns eram híbridos e outros o nativo de São Tomé, referindo-se ao amelonado. Os que receberam lote sem cacau replantaram com as sementes fornecidas pelo projecto.

Quadro 4: Qualidade da plantação de cacau

| <b>Qualidade da plantação de cacau</b> | <b>Ribeira Palma Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma Sede (%)</b> |
|----------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Encapoeirado sem cacau                 |                                | 21                            |
| Encapoeirado com cacau                 | 43                             | 42                            |
| Em produção                            | 43                             |                               |
| Misto                                  | 14                             | 37                            |
| Total                                  | 100                            | 100                           |

O declive do lote é um elemento que pode influenciar o trabalho e a qualidade do terreno. Nas zonas onde é elevado existe um grande risco de erosão e a mobilidade é muito condicionada, influenciando os amanhos culturais, a colheita e, em última instância, a produção. Na recolha destes dados, o grau de declive foi registado

segundo a opinião do produtor, podendo, por isso, ser considerado subjectivo. No entanto, nas visitas efectuadas aos lotes, já após a realização das entrevistas, pôde-se constatar uma correspondência entre o observado e as respostas dadas. Em RPS os lotes com declives plano e médio foram os mais referenciados, perfazendo 63%. Em contrapartida, em RPP os declives elevados (50% dos lotes) e com uma parte plana e uma parte inclinada (29% dos lotes) foram os mais referidos (quadro 5).

Quadro 5: Qualidade do lote em relação ao declive

| <b>Declive</b>               | <b>Ribeira Palma<br/>Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Sede (%)</b> |
|------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Plano                        |                                    | 37                                |
| Médio                        | 7                                  | 26                                |
| Elevado                      | 50                                 | 21                                |
| Parte plano, parte inclinado | 29                                 | 11                                |
| Parte plano, parte médio     | 14                                 | 5                                 |
| Total                        | 100                                | 100                               |

A deslocação até aos lotes é feita a pé, podendo-se tomar o tempo de deslocação como forma indirecta de determinar as distâncias. No guião de entrevistas, os intervalos de tempo de referência situaram-se entre, menos de quinze minutos até mais hora e meia (quadro 6). Em RPP, todos os intervalos de tempo registaram ocorrências, tendo sido apontados tempos de deslocação entre os quinze a trinta minutos, e os de trinta minutos a uma hora os mais frequentes, perfazendo 57%. Uma fatia, ainda considerável de produtores (21%), referiu uma hora e meia ou mais como sendo o seu tempo de deslocação. Verificou-se também a existência de uma casa no lote, sendo nulo, nesta situação, o tempo de deslocação. Em RPS observou-se que os intervalos de tempo, onde se registaram mais entradas, eram os mesmos da outra comunidade, com 66% das respostas. Não foram indicadas, no entanto, deslocações superiores a hora e meia, nem casa no lote.

Quadro 6: Distância casa - lote (minutos)

| <b>Tempo de deslocação</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Sede (%)</b> |
|----------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Menos de 15 minutos        | 14                                 | 21                                |
| De 15 a 30 minutos         | 21                                 | 26                                |
| De 30 minutos a 1 hora     | 36                                 | 42                                |
| Hora e meia                | 14                                 | 11                                |
| Mais de hora e meia        | 7                                  |                                   |
| Casa no lote               | 7                                  |                                   |
| Total                      | 100                                | 100                               |

O cacau em São Tomé é uma planta cultivada num regime de sombreamento por árvores de maior porte, ocorrendo uma consociação muito própria. Historicamente, nalguns locais da ilha, dava-se preferência à *Erythrina* sp. como árvore de sombra, noutros à *Albizzia falcata*, *Artocarpus heterophyllus* (jaqueira), *Elaeis guineensis* (palmeira-dendém), *Spondias cytherea* (cajamanga), entre outras. Apesar da já existência de espécies associadas aos cultivos agrícolas (exemplo da jaqueira, da cajamanga e da palmeira), para além das tradicionais sombreadoras (quadro 6 do anexo), verificou-se uma grande incidência nos lotes de várias outras espécies de interesse alimentar, como a bananeira e matabala. Os produtores procuravam assim, por um lado, plantar árvores com valor comercial e por outro, introduzir culturas alimentares como complemento à cultura do cacau.

Na lista das culturas existentes nos lotes (quadro 7 do anexo), verificou-se a presença de um elevado número de espécies e de variedades. Para além do esperado cacauzeiro (100%), destacavam-se também as que eram cultivadas por mais de 75% dos produtores de ambas as comunidades como a bananeira, a jaqueira, a fruta-pão e o abacateiro. O cafeeiro apesar de estar presente em 86% dos lotes dos produtores de RPP não era tão popular em RPS (63%), acontecendo o mesmo fenómeno com a matabala, mas em proporção inversa, já que 89% de produtores de RPS optaram por esta cultura em contraste com RPP (64%). Das variedades de matabala, a branca era cultivada por todos os produtores de RPS que produzem esta espécie e por 75% dos agricultores de RPP. A matabala vermelha, apesar de menos frequente, ainda era cultivada por mais de 60% dos produtores em ambas as comunidades.

No café, a espécie *Coffea arabica* era a mais comum nos lotes, mas existindo também as libérica e robusta. Todos os produtores de limão produziam o chamado limão da terra, que mais não é que a lima (*Citrus aurantifolia*), e só uma minoria é que produzia o limão comum (*Citrus x limon*). As variedades de bananas cultivadas eram muitas, estando descritas no quadro 7. A banana prata era sem dúvida a mais popular, até porque era a mais apreciada para consumo. Apesar da banana-pão ser cultivada por um grande número de produtores em RPS, poucos eram os que a produziam em RPP.

Quadro 7: Variedades de banana cultivadas pelos agricultores

| Variedade de banana | Ribeira Palma | Ribeira Palma |
|---------------------|---------------|---------------|
|                     | Praia (%)     | Sede (%)      |
| Banana-pão          | 29            | 84            |
| Prata               | 100           | 100           |
| Gros michel         | 43            | 63            |
| Maçã                | 57            | 53            |
| Ouro                |               | 32            |
| Valery              | 14            | 21            |
| Tonga               | 7             | 32            |
| Gabão               |               | 16            |

Quando abordados acerca da existência de problemas de sombra, metade dos produtores de RPP respondeu afirmativamente. Apesar deste problema se verificar também na comunidade vizinha (68% dos produtores), apenas 32% chegou a plantar árvores de sombra, contrastando com os 64% de RPP (quadro 8 do anexo).

As eritrinas existentes nos lotes eram na sua maioria muito velhas, o que levava à frequente quebra dos ramos e destruição dos cacaueiros, tendo muitas delas sido abatidas. Mesmo assim, esta espécie foi juntamente com a cidrela (árvore de rápido crescimento e com valor comercial), uma das espécies de sombra mais plantadas nas duas comunidades. A amoreira e a acácia foram outras duas espécies introduzidas nos lotes, mas em menor escala. Em RPP, o gogô e a figueira surgiram também como escolhas.

No modo de produção biológico, existem limitações quanto aos produtos que podem ser aplicados nos lotes. Existem, no entanto, alguns factores de produção que são permitidos, nomeadamente os do quadro 8.

Quadro 8: Uso de factores de produção

| Factores de produção | Ribeira Palma | Ribeira Palma |
|----------------------|---------------|---------------|
|                      | Praia (%)     | Sede (%)      |
|                      | Sim           | Sim           |
| Estrume              | 14            | 16            |
| Sulfato              |               |               |
| Fermento com açúcar  | 29            | 5             |
| Cimento com coco     | 43            | 11            |

Tal como se pode verificar, não havia praticamente aplicação de factores de produção. Somente uma pequena percentagem dos produtores estrumava os lotes, 14% em RPP e 16% em RPS. Os dois últimos factores utilizados estão relacionados com o combate à praga de ratos. Na luta contra estes roedores, em 2006 o cimento com coco era já uma prática em extinção porque, segundo os produtores, não era eficaz. A utilização de fermento com açúcar, à data do estudo, era uma novidade ao nível do país e, tal como o cimento com coco, destinava-se a ser comido, provocando no rato indigestão e morte. O fermento com açúcar surge em 2006 como alternativa ao cimento com coco. Segundo os vulgarizadores, era uma prática sugerida pelo director da empresa KAOKA pois estava a dar resultados positivos no Equador (outro país com contrato com a mesma empresa para produção de cacau biológico). Apesar das expectativas, apenas nas comunidades em que a implementação antecedeu a época de colheita foi sentida uma diminuição de frutos comidos. Este facto é importante, na medida em que, na opinião dos agricultores, os ratos comiam o fermento com açúcar quando não havia outros alimentos disponíveis, mas havendo frutos de cacau maduros nas árvores, estes passavam a ser o alimento de eleição. Na opinião dos vulgarizadores, o verdadeiro impacto desta medida só poderia ser verificado na colheita seguinte, uma vez que esta só parece funcionar como medida preventiva. A falta de limpeza dos lotes, por parte de alguns produtores, é também um dos problemas recorrentes, contribuindo para o aumento da população de ratos.

### **5.3.1 | Tecnologia pós-colheita**

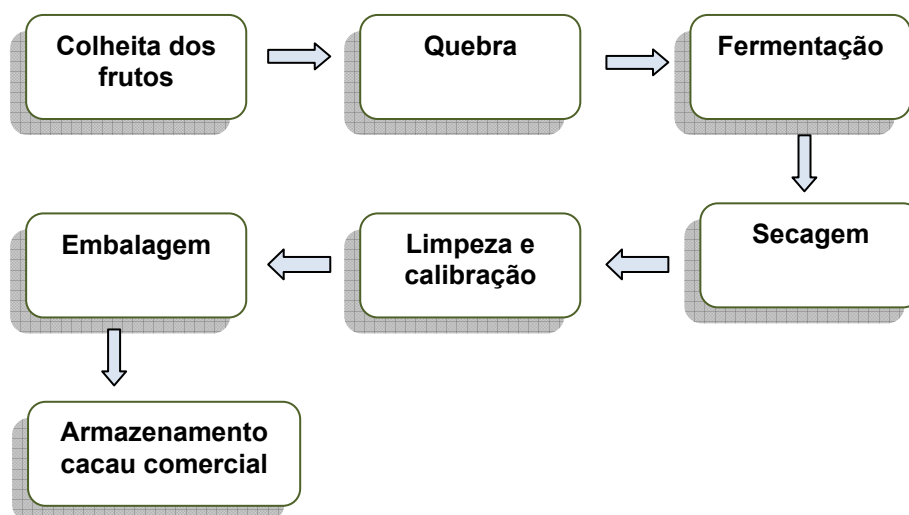
As sementes de cacau, após serem submetidas a um conjunto de tratamentos e serem secas, vão originar um produto, que pelo efeito da torra, exhibe um agradável “flavour” a chocolate. Para obter um produto comercial de qualidade, para além de uma boa matéria-prima é também importante a tecnologia pós-colheita, para que se verifiquem as transformações físicas, químicas e biológicas relacionadas com a qualidade, tendo como objectivo geral (cf. Ferrão, 2002):

- 1- Eliminar a polpa que envolve as sementes (a goma), cuja presença dificultaria a conservação do produto final por períodos de tempo razoáveis;
- 2- Criar condições que favoreçam as modificações físicas, químicas e biológicas que se devem produzir na semente, dando origem a compostos que irão ser os precursores do “flavour” a chocolate desenvolvido durante a torra (fase da industrialização);



- 3- Redução da humidade das sementes até níveis compatíveis com uma boa conservação do produto.

As fases para que este processo se concretize são as referidas pelo seguinte fluxograma.



#### ➤ Colheita

Em São Tomé é normalmente concentrada nas duas épocas em que existe um maior número de frutos nos cacaueiros. Estas correspondem aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, e a outra aos meses Março, Abril e Maio. Pode ser feita até quarenta e oito horas antes da quebra, sendo esta uma regra instituída pelo programa de cacau biológico, que também determina qual o dia de quebra nas comunidades. É a altura de maior trabalho para a maioria dos produtores.

Os frutos só devem ser colhidos, completamente maduros, no entanto, tendo em conta os hábitos de frutificação do cacaueiro haverá sempre heterogeneidade no ponto de maturação destes em cada árvore e no lote. Assim, não é de admirar que por motivos de ordem económica a colheita envolva frutos bem maduros, quase maduros e demasiado maduros.

Os instrumentos utilizados na colheita são o “machim” e o “ferro de cacau”. Quando questionados, acerca da posse destes instrumentos agrícolas, a maioria dos agricultores responderam afirmativamente, sendo as botas outro elemento muito comum nas suas actividades. Analisando o quadro 9, pode-se verificar a existência de

diversos instrumentos a nível da comunidade. Segundo os produtores, quando necessitavam de algum material que não tinham pediam emprestado, mas ficavam sujeitos à vontade do proprietário e disponibilidade do material. Em RPP, a associação do cacau biológico, detinha também duas enxadas e uma picareta para requisição. No entanto, alguns instrumentos podem ser considerados básicos e essenciais ao nível do produtor. Como exemplo pode-se referir a lima, imprescindível para manter as lâminas afiadas, nomeadamente do machim e que apenas uma minoria possui.

Quadro 9: Posse de instrumentos agrícolas

| <b>Posse de instrumentos agrícolas</b> | <b>Ribeira Palma Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma Sede (%)</b> |
|----------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Machim                                 | 79                             | 74                            |
| Botas                                  | 71                             | 68                            |
| Luvas                                  | 7                              | 5                             |
| Ferro de cacau                         | 71                             | 68                            |
| Machado                                | 50                             | 32                            |
| Lima                                   | 29                             | 37                            |
| Enxada                                 | 57                             | 42                            |
| Picareta                               | 43                             | 37                            |
| Pulverizador                           |                                | 5                             |

O local de eleição para a compra dos instrumentos agrícolas era, para 64% dos produtores de RPP, o mercado da cidade. Cerca de 29% compraram na loja PNAPAF/UNACOOOP (já extinta), e os restantes recorreram a um médio empresário. Em RPS as respostas dos produtores dividiram-se entre a loja e a cidade.

### ➤ **Quebra dos frutos**

Consiste fundamentalmente em abrir os frutos para retirar as sementes, que estão envolvidas pela polpa (cacau em goma), reduzindo ao mínimo os vestígios dos filamentos dos vasos condutores do fruto, que constituem a chamada “tripa do cacau”. O processo consistia em fender a casca pelo centro do fruto com um machim, torcendo posteriormente as duas metades para as separar. A operação é feita no lote e o cacau em goma é posteriormente levado para a comunidade. A CECAB defende que o transporte seja efectuado em sacos de serapilheira que a própria fornece para evitar perda de goma e a exposição ao ar. No entanto, muitos produtores acabam por transportar o cacau em goma em baldes, devido ao facto de os sacos se terem

rompido e de não terem dinheiro (ou acharem que é desperdício do mesmo) para os renovarem.

No dia de quebra, nas comunidades cujos lotes estão muito longe da caixa de fermentação (considerando que não é permitido pelo projecto demorar mais de cinco horas da quebra à fermentação, de forma a que a fermentação ocorra em boas condições), o gestor pode alugar um tractor para que sejam recolhidos os sacos de cacau em goma, para posterior selecção, pesagem e colocação nas caixas de fermentação. Este aluguer é feito à cooperativa, sendo retirado o valor do aluguer ao valor do cacau seco entregue. Os dias de quebra, em cada comunidade, são instituídos pelo programa de cacau biológico segundo um calendário. No segundo semestre de 2006 foram calendarizadas oito quebras por época de colheita.

### **Pesagem**

Antes desta fase, é pedido ao produtor que deite o cacau em goma em cima de um plástico para ser feita a sua limpeza, retirando tripa e também algum elemento estranho que possa comprometer a leitura real do peso. Segundo o que pude observar, a maioria mostra-se reticente em fazê-lo, por variadas razões. Alguns produtores alegam que a palavra deles está a ser posta em causa pois já afirmaram que o cacau está limpo, outros acham que se vai perder goma, registando por isso um valor mais baixo no peso e, consequentemente, baixando o seu rendimento. Outros defendem simplesmente que é uma perda de tempo, até porque pode ser o caso de serem os únicos a estarem a trabalhar no lote e ainda terem que voltar ao lote para continuar a quebra e trazerem mais uma remessa.

A pesagem do cacau em goma é feita com uma balança junto ao armazém que contém as caixas de fermentação. Está presente o gestor, que é o responsável pela leitura, e que dita o valor ao auxiliar que aponta numa ficha de produção. O produtor também se encontra presente, confirmando a leitura do peso.

### ➤ Fermentação

Tem lugar em caixas de fermentação de madeira, com forma paralelepipedica com dimensões que rondam um metro de altura e metro e meio de largura. Num dos lados as caixas contêm uma abertura para descarga.

Os agricultores vão enchendo uma caixa com o cacau em goma, e quando esta se encontra quase cheia colocam folhas de bananeira no topo. Este procedimento vai criar as condições de anaerobiose necessárias para que ocorra a fermentação alcoólica e, também, concentra o calor resultante do processo fermentativo de modo a se obter as temperaturas desejadas para se dar a morte da semente.

A fermentação, segundo o método seguido pelos produtores, decorre durante seis dias, permanecendo cerca de dois dias em cada uma das três caixas. A nível das transformações envolvidas na semente, ocorrem uma sucessão de microbiológica de leveduras, bactérias Ácido-lácteas (LAB) e Acetobacter. Este processo pode ser dividido essencialmente em duas fases (Ferrão, 2002):

- 1- Fermentação dos açúcares da goma de cacau em torno da semente. Os açúcares são transformados em álcool e, em seguida, em ácido acético. É uma fase anaeróbica, em pH 4, que ocorre nos primeiros dois dias;
- 2- Fase aeróbia, do dia três em diante, já sem as folhas a cobrir a caixa. A polpa é drenada, a formação de etanol continua e há um aumento da temperatura e do pH, criando condições ideais para o crescimento das LAB e Acetobacter. Decorre nos cotilédones e as transformações que se vão dar nos seus constituintes dependem de reacções bioquímicas entre o substrato e enzimas. As Acetobacter (bactérias aeróbias) vão converter açúcares e ácidos orgânicos, principalmente, em ácido láctico. Quanto mais ar entra, começam a crescer as Acetobacter que oxidam o etanol, inicialmente produzido pela levedura, de ácido acético. É uma reacção muito exotérmica com o aumento da temperatura até 50°C, ocorrendo o que se chama a “morte da semente”, ou seja, a perda do seu poder germinativo, bem como o fim da fermentação. Além disso, este desencadeia alterações bioquímicas, na semente, levando à formação de moléculas precursoras para o desenvolvimento de um característico sabor e cor das sementes. Além das acções de leveduras, as

actividades de ambos LAB e *Acetobacter* são essenciais para a produção de cacau de alta qualidade.

Regra geral, por cada fermentação são feitos dois remeximentos, para alterar as posições relativas das sementes nas caixas e introduzir ar no sistema. O primeiro remeximento corresponde com a passagem da primeira para a segunda caixa. O segundo corresponde à passagem da segunda para a terceira caixa onde o cacau completa o processo fermentativo, seguindo por último para a secagem (Ferrão, 2002).

Em RPP as três caixas de fermentação existentes encontravam-se todas no mesmo plano, tornando o processo da passagem de cacau, de uma caixa para outra, mais demorado e desgastante fisicamente. Em RPS existiam duas filas de três caixas em escada, o que facilitava o processo. O trabalhador que desempenhava esta função auxiliava-se de uma pá de madeira para conseguir empurrar a massa de cacau pela abertura da caixa.

#### ➤ **Secagem**

É feita em secadores solares num período de cerca oito dias. Estes secadores são constituídos por um conjunto de tabuleiros corridos, apoiados numa estrutura que os eleva até cerca de 130 cm do solo, onde é estendido o cacau a secar, ficando o conjunto protegido por uma cobertura de polietileno fixa. O tamanho e número dos lotes da comunidade estão directamente relacionados com o número de tabuleiros, tendo visto no máximo dois secadores com três tabuleiros nas comunidades visitadas.

#### ➤ **Limpeza**

Corresponde à escolha do cacau, eliminando as sementes em mau estado (partidas, com bolor, defeituosas) e outras impurezas, como pedras. Este processo é feito por alguns produtores que se responsabilizam por esta tarefa e por ensacar.

#### ➤ **Ensacamento e pesagem**

Empiricamente os agricultores dizem que o cacau está pronto quando pegam numa mão cheia de sementes e elas saltam ao serem lançadas no tabuleiro. No entanto, a nível do programa este é sujeito a análise de qualidade por um técnico da CECAB, sendo depois passado um certificado para poderem ensacar.

Esta acção foi observada em RPP. O técnico fez a recolha de uma amostra, retirando uma pequena quantidade de sementes de todo o secador. Dessa amostra pesou 100 g e contou quantas sementes correspondiam a esse peso (99 sementes) que, segundo o mesmo, não podiam ultrapassar as 105. De seguida voltou a pesar 50 gramas e contou as sementes que correspondiam a esse peso (55 sementes). Estas pesagens segundo o técnico servem para controlar o peso do cacau, para verificar se foi bem fermentado e se teve uma boa secagem.

Após as pesagens pegou em 100 sementes e abriu-as para verificar a % de cacau violeta (fermentação deficiente). Não identificou nenhuma semente violeta, no entanto, observou bolor.

Colocou de seguida o cacau num aparelho para medir a humidade, que não deve ultrapassar os 7%, tendo sido o caso. Para avaliar a intensidade e homogeneidade da fermentação do cacau em avaliação, o técnico procedeu ao chamado “Exame do corte”. Consiste no corte de algumas sementes da amostra para observar o aspecto dos cotilédones e detectar a eventual presença de bolor, ataques de insectos e uma má fermentação pela cor e aspecto dos cotilédones.

Na folha que o técnico possui para registar os valores e observações da amostra estão descritos os valores limites de todos os defeitos que podem surgir. Não ultrapassando os 3% de defeitos o cacau pode ser considerado de 1ª qualidade, que é o tipo de cacau que, segundo os responsáveis do programa de cacau biológico, está a ser produzido. Estando todos os requisitos aprovados, passou de seguida um certificado ao gestor, que transmitiu o resultado aos responsáveis pelo ensacamento.

No ensacamento o cacau seco é colocado em sacos de serapilheira fornecidos pela cooperativa, onde tem escrito o nome da comunidade, identificando a origem do cacau. Este é um procedimento importante para o rastreio do produto e para a posterior pesagem e armazenamento na cooperativa.

O valor do cacau seco vendido é entregue ao gestor, correspondendo ao valor da leitura do peso de cacau multiplicada pelo preço de cacau seco praticado e subtraindo

a quantia recebida pelo cacau em goma vendido. Com esta leitura o gestor já pode determinar o coeficiente de transformação do cacau com a seguinte equação:

$$\text{Coeficiente de transformação} = \text{cacau seco (kg)} / \text{cacau goma (kg)} * 100$$

Na ficha de produção, o gestor converte a produção de cada um dos agricultores, de cacau em goma para cacau seco, entregando de seguida o valor correspondente em dinheiro a cada um.

### ➤ **Armazenamento**

No armazém das comunidades há armadilhas de feromonas para os insectos. A temperatura não é importante devido ao facto do produto não ficar armazenado muito tempo, sendo recolhido passado cerca de um a dois dias depois do ensacamento, pelos tractores da cooperativa.

O armazenamento mais prolongado será já em Monforte, na CECAB, que mantém os sacos de cacau comercial até atingirem a quantidade suficiente para encher um contentor, procedendo então à exportação do cacau, via marítima. Segundo o gerente da CECAB, o CIAT inspecciona o cacau na alfândega antes do embarque.

## **5.4 | Perfil do produtor**

Com base na análise das entrevistas, foi possível traçar o perfil do produtor de cacau biológico, nestas duas comunidades, estabelecendo as diferenças e as semelhanças entre eles. Assim, verificou-se que a maioria pertencia ao sexo masculino (64% em RPP e 79% em RPS). Em relação à idade dos produtores, obteve-se um intervalo entre os dezoito e os setenta e oito anos de idade (gráfico 1). Em RPS os escalões mais jovens (até aos quarenta anos) perfaziam a maioria (68%), não tendo havido um elevado número de registos de idades de produtores com mais de sessenta anos (11%). Em oposição, RPP possuía uma importante fatia da sua população produtiva acima dos sessenta (35%). Os escalões etários com maior número de indivíduos foram os correspondentes aos seguintes intervalos: entre os trinta e os quarenta anos (29%), entre os quarenta e os cinquenta anos (21%) e entre os sessenta e os setenta anos com 21%.

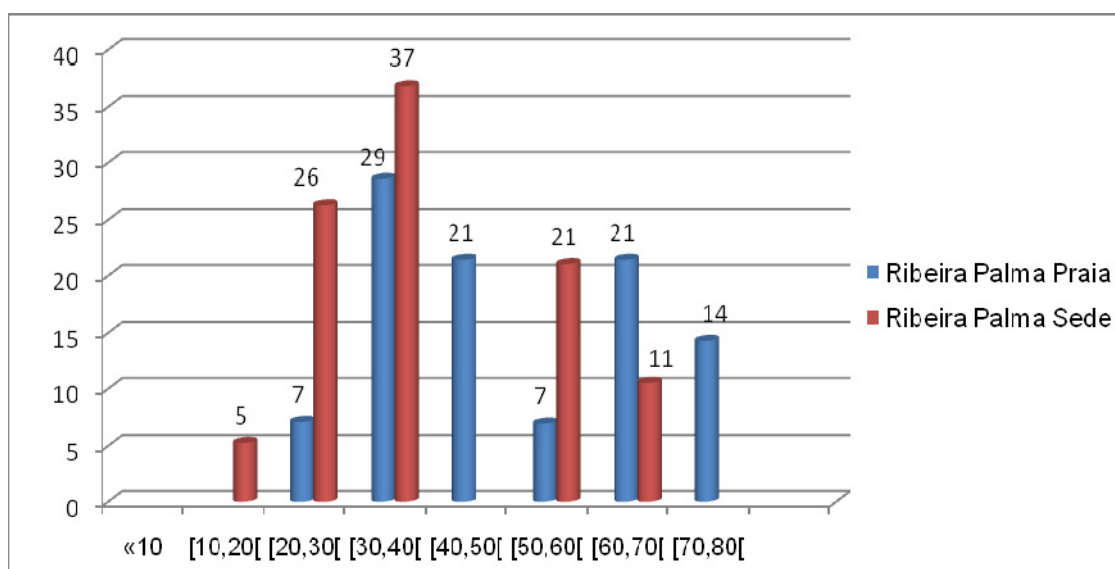


Gráfico 1: Idade, por escalões, do produtor de cacau biológico (%)

Em relação ao agregado familiar, observaram-se em ambas as comunidades percentagens elevadas de agregados com 6 a 10 membros (47% em RPS e 46% em RPP). No entanto, em RPS a maioria dos agregados familiares era composta por um a cinco elementos (53%), podendo esta ocorrência estar relacionada com o facto de grande parte dos produtores ser muito jovem. Observou-se ainda que, ao contrário de RPS, em RPP havia uma percentagem significativa (15%) de agregados com 11 a 16 membros (gráfico 2).

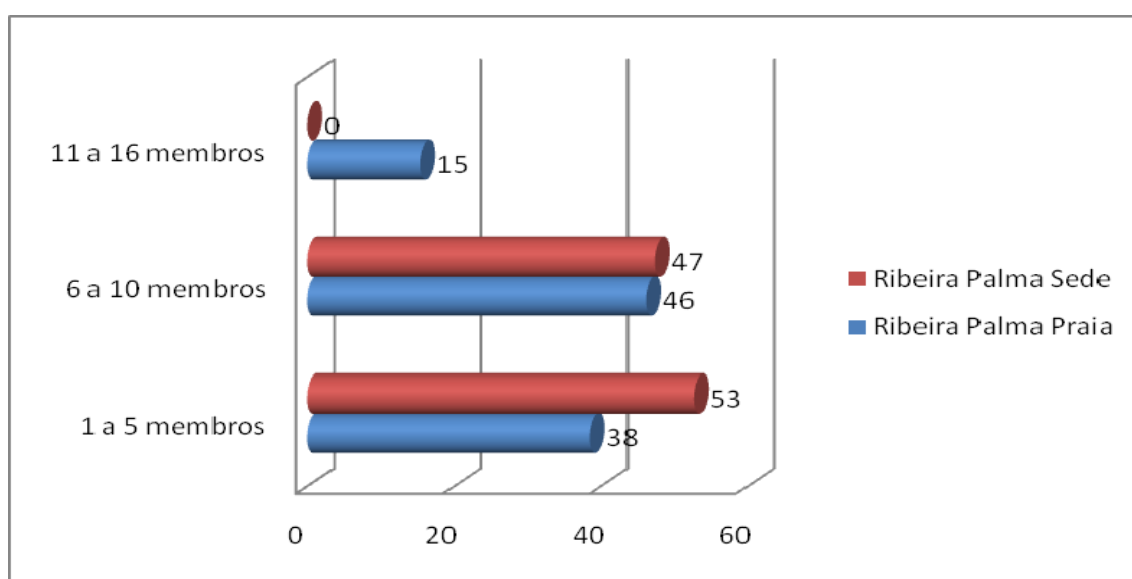


Gráfico 2: Número de membros do agregado familiar (%)



Ao nível do grau de escolaridade, em RPP 50% dos produtores nunca chegou a frequentar a escola, muito embora 29% tenham estudado até à quarta classe. Em RPS, a quarta classe e a sexta classe foram os níveis de educação que 37% e 32% dos produtores completaram, respectivamente, (gráfico 1 do anexo). Este factor, só por si, não traduz o comportamento produtivo de um agricultor, tendo-se verificado, em ambas as comunidades, existirem bons produtores que não frequentaram a escola.

Em termos de identidade cultural, em RPS cerca de 68% dos produtores considerava-se santomense. Pode haver várias interpretações para este fenómeno. Uma possível é a de que a população, tendo um espírito de comunidade muito forte, não queira fazer uma separação sócio-cultural entre eles, “nasci em São Tomé, por isso sou santomense”, como foi dito repetidas vezes, sugerindo uma identidade nacional consolidada. No entanto, esta identificação pode ser uma forma de as pessoas não se mostrarem diminuídas pela sua ascendência, já que certos grupos, nomeadamente os forros, possuem um estatuto sócio-cultural mais elevado. Este fenómeno de identidade nacional é mais um pormenor esclarecedor das diferenças existentes entre os produtores das duas comunidades, pois este foi muito pouco significativo em RPP. Cerca de 43% da população identificava-se como cabo-verdiana, sendo a identidade tonga a segunda mais representativa daquela população. Em RPS a identidade cabo-verdiana (de primeira e segunda gerações) ascendia aos 16%, percentagem igual à do grupo socio-cultural forro. Em RPP, este último grupo também constituía uma minoria de apenas 14% da população. Percentagem igual obteve o grupo sócio-cultural angolar, que só se registou nesta comunidade (Gráfico 3).

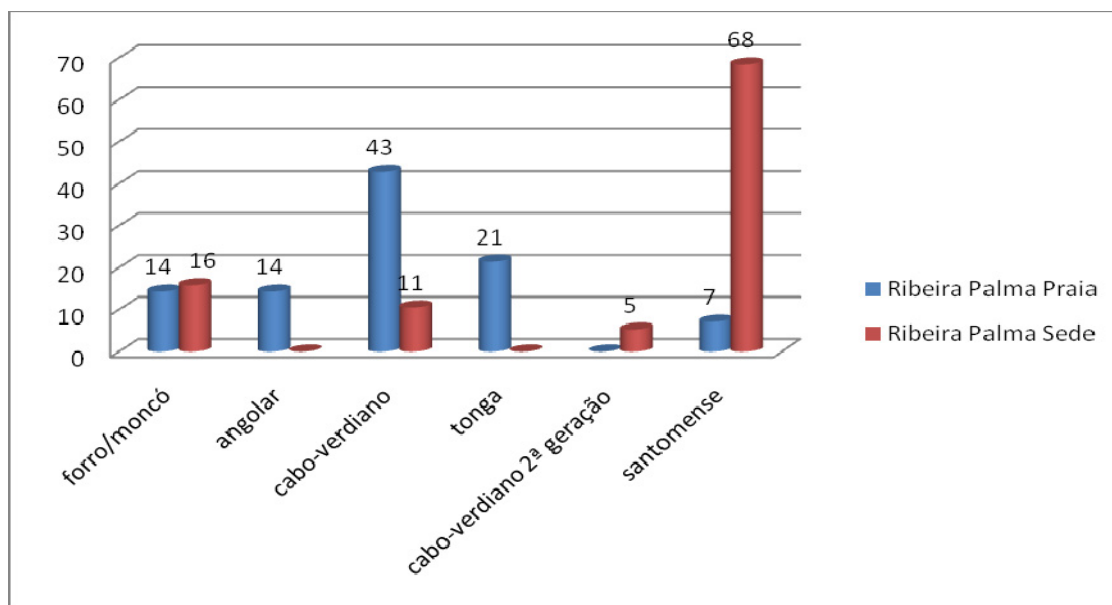


Gráfico 3: Grupo sócio-cultural dos produtores (%)

Todos os produtores em RPP tinham a agricultura como actividade principal, sendo também a que lhes dava maior rendimento. Em RPS, para a maioria, a agricultura também constituía a sua actividade principal (80%), com uma minoria a apontar a produção de carvão e o trabalho de pedreiro como as suas actividades principais. Em relação ao rendimento verificou-se que 70% considerava a agricultura como a actividade de maior rendimento, sendo os restantes 30% atribuídos às duas actividades referidas anteriormente, mas também ao projecto de limpeza de estradas (GIME 7).

Quando inquiridos sobre se possuíam conhecimentos agrícolas, aquando da entrega dos lotes, a maioria respondeu afirmativamente: 71% dos produtores em RPP e 89% em RPS já sabiam cultivar todas as produções que possuíam actualmente. No entanto, uma minoria afirmou que na entrega dos lotes só tinham conhecimento de algumas culturas (21% em RPP e 11% em RPS). Em RPP um produtor respondeu não ter qualquer tipo de formação. Em RPP, a roça (tempo colonial) foi a mais referida como fonte de aprendizagem (36%), resposta que se coaduna com a idade dos produtores (uma vez que 42% têm idades superiores a cinquenta anos). A mesma percentagem de inquiridos (29%) respondeu a empresa estatal, a família e vizinhos como outras fontes de conhecimento. Em RPS a transmissão de conhecimentos foi feita essencialmente pela família e vizinhos (49%). A frequência de um curso técnico, apenas foi realizada por uma pessoa em cada uma das comunidades. Quando questionados acerca da falta de apoio técnico, mais de 93% dos inquiridos em RPP e

68% na comunidade vizinha respondeu afirmativamente, sendo a frase mais comum “sente falta para tudo”. O cacau foi a cultura que singularmente foi mais apontada. No entanto, apesar de à primeira vista não ser perceptível, com base em experiências de estudo anteriores da investigadora Doutora Marina Temudo, a falta de apoio técnico a que os produtores se referiam não era a falta de conhecimentos quanto à forma de produzir, mas sim a falta de instrumentos agrícolas necessários ao cultivo.

A quase totalidade dos produtores trabalhava directamente nos lotes, podendo fazê-lo em alguns ou em todos os dias da semana, durante um ou dois períodos diários. A frequência semanal estabelece diferenças entre os produtores das duas comunidades, em relação à dedicação à sua actividade principal, uma vez que, em RPP, 64% afirma trabalhar todos os dias no lote, contrastando com os 63% de RPS, que afirma trabalhar só em alguns dias. Em relação ao número de períodos, a maioria só trabalhava ou de manhã ou de tarde, ou seja, durante um único período (87% e RPP e 90% em RPS). O número de horas diárias passadas no lote em RPP oscilava entre uma a três horas (43%) e entre três a cinco horas (43%). Em RPS a maioria dos produtores passava uma a três horas nos lotes (58%). Apenas uma pequena percentagem de produtores, 14% em RPP e 11% em RPS, afirmou passar cinco a oito horas a trabalhar, não havendo uma relação directa com o facto de serem ou não bons produtores. No entanto, os produtores que possuíam mão-de-obra permanente, estabeleceram este o horário de trabalho para os contratados.

No que concerne a mão-de-obra auxiliar (quadro 10), em RPP o cônjuge era considerada como a mais importante (80%), já em RPS a mais importante era a mão-de-obra assalariada (63%). Para 46% dos produtores de RPP, os filhos eram também presença permanente no trabalho, ao contrário da comunidade vizinha.

Quadro 10: Mão-de-obra utilizada

|                        | Ribeira Palma | Ribeira Palma |
|------------------------|---------------|---------------|
| Mão-de-obra            | Praia (%)     | Sede (%)      |
| Cônjuge do produtor    | 80            | 53            |
| Filhos                 | 46            | 16            |
| Assalariada            | 43            | 63            |
| Trabalhador permanente | 7             | 5             |

Este facto pode ser explicado mais uma vez pela juventude dos produtores de RPS, pois os filhos eram demasiado jovens para ajudar e também, à semelhança dos pais, permanecerem estudantes até mais tarde.

As actividades de transformação efectuadas pelos produtores são variadas e podem constituir a fonte principal de subsistência (cacau ou carvão), ser um complemento no rendimento do agricultor (exemplo do grogue), ou ser uma forma de conservação de muitos alimentos (secagem do peixe, salga do porco, entre outros). Para os produtores de RPP, estas actividades tinham um peso muito menor do que em RPS (quadro 11).

Quadro 11: Actividades de transformação realizadas

| <b>Actividades de transformação</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Sede (%)</b> |
|-------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Secagem do cacau                    | 100                                | 100                               |
| Secagem do café                     | 36                                 | 53                                |
| Torra café                          | 29                                 | 42                                |
| Óleo de palma                       |                                    | 5                                 |
| Óleo de coco                        |                                    | 5                                 |
| Carvão                              | 36                                 | 53                                |
| Secagem da pimenta                  |                                    | 5                                 |
| Farinha de mandioca                 | 7                                  | 21                                |
| Secagem do peixe                    | 7                                  | 26                                |
| Lenha                               | 7                                  | 11                                |
| Fumagem do peixe                    | 14                                 | 32                                |
| Salga do porco                      | 7                                  | 21                                |
| Salga do peixe                      | 14                                 | 21                                |
| Grogue                              |                                    | 32                                |

O número de refeições diárias pode ser um indicador do nível de bem-estar de uma família e da sua prosperidade. Quando abordados, a grande maioria dos produtores afirmou só fazer mata-bicho e o jantar, pois não tinham dinheiro para mais. Segundo os mesmos só faz as três refeições quem está “bem de vida”. No entanto, quem não almoçava, como pude constatar, dizia que comia fruta (manga, jaca, coco...) durante o dia, considerando refeições unicamente aquelas que eram cozinhadas. O gráfico 4 traduz diferenças nos hábitos alimentares entre as duas comunidades. Confirmando a informação referida anteriormente, a quase totalidade da população de RPP faz duas refeições, havendo uma pequena percentagem que ocasionalmente faz três. Já em RPS há uma maior distribuição no número de refeições diárias, parecendo existir uma maior desigualdade na distribuição da riqueza nesta última comunidade. Muito embora a maioria da população se cinja às duas ou às ocasionais três refeições, existem

produtores que fazem sempre as três (16%) e em oposição existe um produtor que só faz uma refeição por dia.

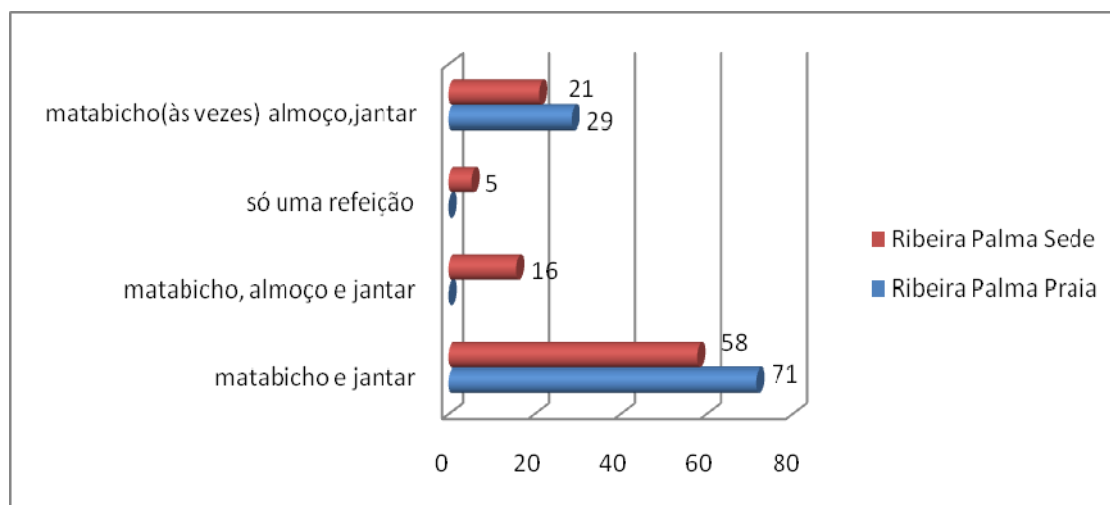


Gráfico 4: Refeições por dia (%)

#### 5.4.1 | Valores da produção e o rendimento do produtor

Desde o início do programa de cacau biológico denota-se, nas comunidades, uma grande variação da produção ao longo dos anos (Gráfico 5). Após a adesão ao programa, o ano de 2003 pode ser considerado o de melhor colheita, em ambas comunidades, pois atingiu-se o valor máximo de produção, não tendo sido apurada nenhuma razão aparente para este acontecimento. No entanto, em 2004 houve uma quebra de produção que os produtores atribuem à seca. Este acontecimento acaba por ter um enorme impacto em RPP, fazendo baixar a produção em mais de metade naquele ano, mas é muito pouco relevante em RPS. Esta última comunidade, ficando a uma cota mais alta e por isso mais húmida acaba, à partida, por ser menos afectada por este fenómeno. De facto, quando directamente questionados sobre se tinham morrido muitos cacaueiros com a seca, é elucidativo ver as respostas em RPP, onde 71% responde afirmativamente e uma minoria de 7% replica “quase todos”. Em RPS, a maioria da população responde que morreram “poucos” devido à seca. Mesmo assim, uma percentagem de 47% afirmou terem-se ressentido, tendo morrido muitos cacaueiros.

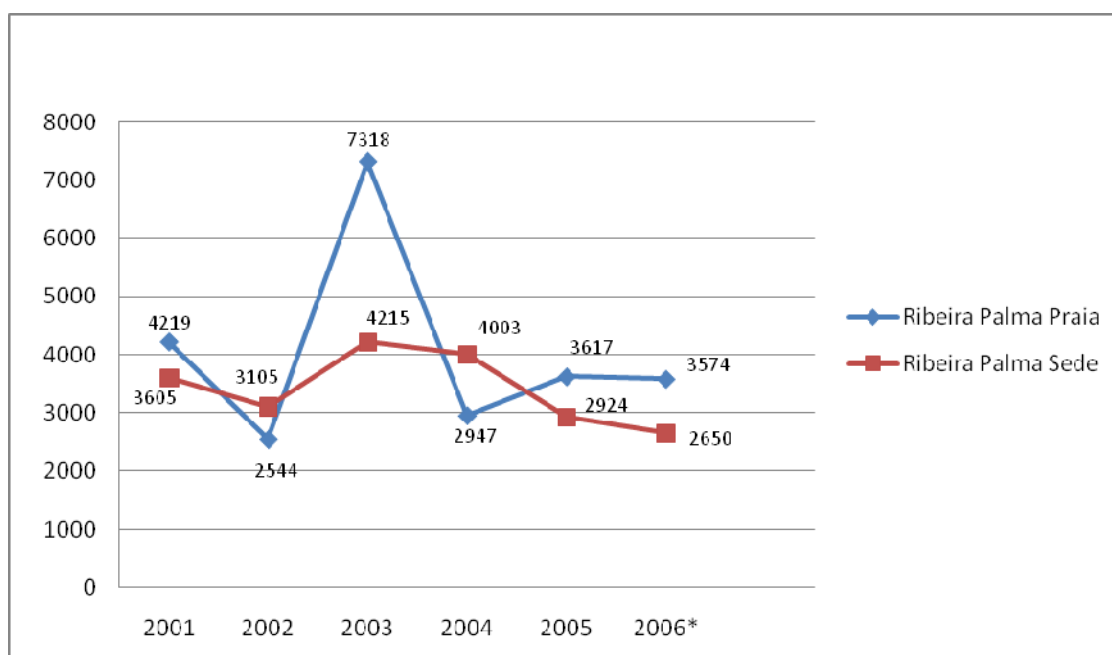


Gráfico 5: Produção de cacau seco (kg/ano).

Nota: Os valores do ano de 2006 estão incompletos, sendo a produção superior à registada.

A produção foi assim afectada, não só no ano em que a seca ocorreu, mas também inevitavelmente nos anos subsequentes. Na tentativa de colmatar essas perdas, foi necessário replantar. Em relação a este dado, em RPP, os produtores foram categóricos: 93% afirmou ter recebido ajuda do programa de cacau biológico para a replantação, uma vez que lhes foram fornecidas sementes para fazer viveiro, tendo pago um preço simbólico por estas. Já em RPS, a grande maioria defendeu não terem recebido qualquer tipo de apoio (84%), pelo facto de considerarem que não deveriam pagar pelos novos cacaueiros.

Na comunidade de RPP, após a grande seca de 2004, registou-se uma recuperação na produção, ao contrário de RPS, que depois do pico de 2003, sofreu uma queda progressiva. O motivo para esta evolução antagónica não é claro, mas poder-se-á explicar com a importância atribuída a esta cultura no rendimento das famílias. Após a descrição de ambas as comunidades, dos lotes e respectivos produtores, seria expectável que em RPS a produção fosse mais elevada que na comunidade vizinha. No entanto, este facto não se verifica, conseguindo os catorze produtores de RPP um total de produção substancialmente mais elevado (Gráfico 6), apesar do maior número de produtores (trinta e dois) e de existir uma maior área a ser explorada (maior número de lotes) em RPS. Em conversa com os produtores de RPP, uma comunidade mais pobre e com piores condições de habitação, os mesmos transpareciam encarar o

programa do cacau biológico como algo em que deveriam apostar para melhorar o seu nível de bem-estar. Em RPS, as pessoas viviam de uma forma mais confortável e, apesar de existirem alguns produtores com entusiasmo, muitos elegiam outras culturas e outras actividades como mais importantes.

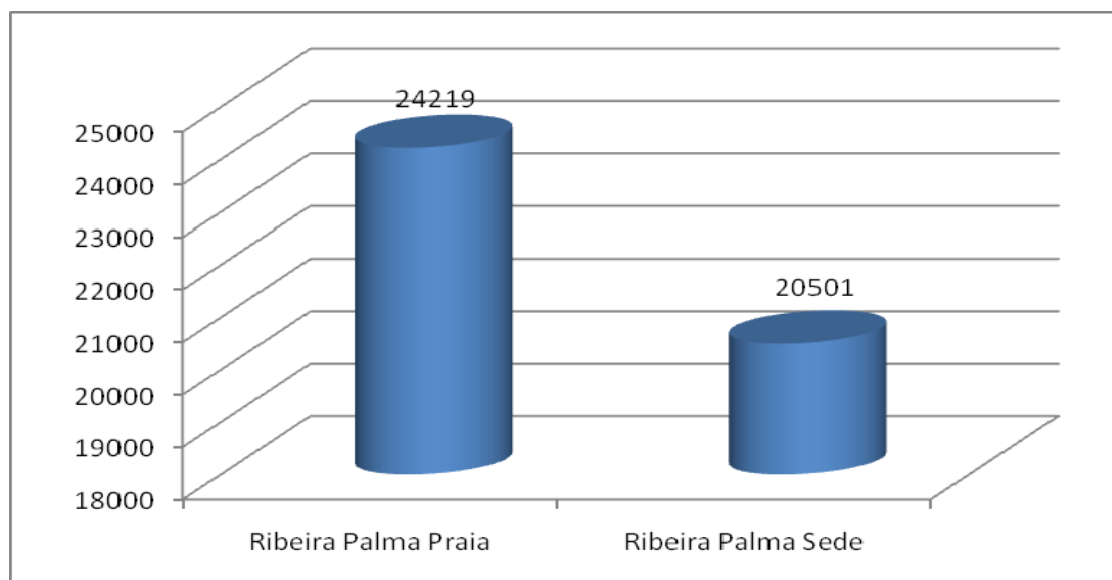


Gráfico 6: Produção total de cacau biológico (Kg)

Ao longo dos cinco anos de presença no programa, a diferença de quantidade de cacau produzido entre os produtores das duas comunidades (gráficos 2 e 3 do anexo), foi também notória, influenciando directamente a produção total. Os produtores que mais se destacam, em RPP, são os três produtores que ao longo dos cinco anos somaram, cada um, produções acima das três toneladas. Estes têm a agricultura como única actividade, trabalhando todos os dias nos lotes (quadro 11 do anexo). Nenhum dos lotes possui declive elevado e os produtores não demoram mais de trinta minutos na sua deslocação. Nenhum deles utiliza mão-de-obra permanente, havendo um que recorre à mão-de-obra assalariada. Ainda de salientar que os únicos produtores desta comunidade com dois lotes, não se encontram entre os três primeiros, apesar de se encontrarem entre os cinco melhores. Um deles é o único da comunidade a utilizar mão-de-obra permanente. Em RPS, um único produtor obteve mais de quatro toneladas, estando os outros três melhores acima das duas toneladas. O melhor e o terceiro melhor produtor possuem três lotes cada um, o que poderá ter uma importância significativa na produção final (quadro 12 do anexo). O segundo melhor produtor possui dois lotes e o quarto somente um. Quanto às características dos lotes, à semelhança da comunidade vizinha, nenhum possui lotes de declive

elevado, existindo, no entanto, tempos de deslocação até hora e meia. A mão-de-obra assalariada é uma realidade para três destes produtores, com a excepção do segundo melhor, o único com actividade fora da agricultura (pedreiro), que utiliza mão-de-obra permanente.

Analisando o quadro 12, verifica-se que a maioria das produções em RPS se situa abaixo dos 500kg (58%) e só uma pequeníssima percentagem dos agricultores produziu acima dos 2501kg (5%). Na comunidade de Ribeira Palma Praia (RPP), por sua vez, verifica-se uma distribuição pelos vários escalões, com 47% a produzir acima dos 1501kg.

Quadro 12: Produção total, por escalões (2001-2006)

| <b>Produção total<br/>(kg)</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Sede (%)</b> |
|--------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| «500                           | 20                                 | 58                                |
| 500 a 1000                     | 13                                 | 16                                |
| 1001 a 1500                    | 20                                 |                                   |
| 1501 a 2000                    | 13                                 | 5                                 |
| 2001 a 2500                    | 14                                 | 16                                |
| »2501                          | 20                                 | 5                                 |

Na tentativa de perceber se o programa de cacau teve realmente um impacto no modo de encarar a produção de cacau, foi perguntado aos produtores qual a importância que eles atribuíam à cultura do cacau, em relação à data de entrega do lote. Para uma percentagem significativa de produtores de RPP (71%) era maior que no passado, para 22% era menor e para uma minoria era igual. Em RPS, 58% também considerava que tinha aumentado a importância, mas para uma boa percentagem de produtores (37%), era menos importante. Para os que responderam que houve uma alteração positiva (90% dos produtores de RPP) foi apontado como razão o projecto de cacau biológico. Em RPS, as respostas dividiram-se entre o projecto, e o facto de terem plantado novas plantas. Em relação aos mais insatisfeitos, em RPP apontaram a seca como impedimento da obtenção de uma boa colheita (75%) e em RPS, o rubrocinto e o míldio foram os mais referidos (83%).

As doenças do cacaueiro, não eram até à data do estudo combatidas, pois os vulgarizadores achavam que não era um problema significativo, apesar de os agricultores discordarem, nomeadamente em relação ao míldio. A praga de ratos era



outro dos grandes problemas, já referido anteriormente, pela sua frequência e com o qual os agricultores eram confrontados todos os anos, baixando muito a sua produção.

Para a grande maioria dos produtores, o cacau constituía a sua principal fonte de rendimento, mas torna-se também importante referir as outras actividades que complementavam esse rendimento. Assim, a posse de campo foi outra questão levantada, por se considerar a sua grande relevância em termos de segurança alimentar. A posse de um local com potencial para albergar culturas, nomeadamente as hortícolas, que não se adaptam aos lotes devido às condições de sombra, à falta de espaço ou devido a características do solo não favoráveis a culturas anuais (a maioria dos lotes tem solo argiloso), é um contributo não só para a diversificação da dieta como também a nível monetário, pois os produtores acabam por vender o excedente. O quadro 13 refere quais as culturas existentes nos campos e as percentagens de produtores que as cultivam.

Quadro 13: Culturas produzidas no “campo”

| <b>Culturas no campo</b>                          | <b>Ribeira Palma<br/>Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Sede (%)</b> |
|---------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Abacateiro ( <i>Persea americana</i> Mill.)       |                                    | 5                                 |
| Abóbora ( <i>Cucurbita mixta</i> )                | 7                                  | 32                                |
| Batata-doce ( <i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam)    | 7                                  | 16                                |
| Cana-de-açúcar ( <i>Saccharum officinarum</i> L.) | 14                                 | 21                                |
| Caramboleira ( <i>Averrhoa carambola</i> )        | 7                                  |                                   |
| Couve ( <i>Brassica</i> sp.)                      | 21                                 | 42                                |
| Feijoeiro ( <i>Vicia</i> sp.)                     | 7                                  | 47                                |
| Goiabeira ( <i>Psidium guajava</i> L.)            |                                    | 5                                 |
| Laranjeira ( <i>citrus x sinensis</i> )           | 7                                  |                                   |
| Malagueta ( <i>Capsicum annuum</i> L.)            | 14                                 | 21                                |
| Mamoeiro ( <i>Carica papaya</i> L)                |                                    | 11                                |
| Mandioqueira ( <i>Manihot esculenta</i> Crantz)   | 43                                 | 37                                |
| Milho ( <i>Zea mays</i> )                         | 57                                 | 53                                |
| Tomateiro ( <i>Lycopersicon esculentum</i> Mill.) | 57                                 | 47                                |

Em RPP cerca de 93% dos produtores possuem campo, enquanto que em RPS só 58% é que responderam afirmativamente. Este facto pode ser interpretado por RPS ser uma comunidade mais populosa, não tendo havido por isso terra suficiente para atribuir um campo a todos os produtores. Contudo, nesta comunidade também se

verificou que dois produtores tinham três lotes (não havendo esta ocorrência em RPP), denotando uma falta de coerência na atribuição da terra. Um fenómeno observado em Novembro de 2006 na comunidade de RPS, foi a limpeza total de um lote (derrube das árvores de sombra e dos cacauzeiros) para a produção de hortícolas. Segundo os proprietários, esta opção permitir-lhes-ia aumentar o seu rendimento, pois não eram grandes produtores de cacau e possuindo dois lotes (um de cada cônjuge) pensaram poder prescindir de um. Este acontecimento não foi bem aceite pelo Presidente da Associação de Cacau Biológico de RPS, produtor daquela comunidade, que considerou aquele passo um erro, por ver reduzida a área de produção potencial de cacau e, por consequência, a produção de cacau biológico da comunidade.

As produções são destinadas, na sua maioria, ao autoconsumo. As excepções incluem o cacau, que é produzido só para venda e, para uma percentagem de produtores de RPS, a cana-de-açúcar (43%), a malagueta (7%), o abacate (5%) e o maracujá (14%) (quadro 9 do anexo). Quando produzem mais do que podem consumir, a maioria vende o restante a palaiês<sup>16</sup> ou fazem-no eles próprios no mercado local ou na cidade.

A grande maioria dos produtores em RPP (93%) considerou o cacau como a cultura de maior rendimento monetário, surgindo a banana como a cultura consociada mais rentável (43%). Resultados semelhantes foram registados em RPS. O cacau, para 68% dos produtores, era a cultura de maior rendimento e a banana (37%) e a matabala (32%) as outras mais rentáveis. Outras actividades paralelas também eram vulgarizadas, como complemento do seu rendimento, podendo-se dar o exemplo novamente do trabalho de cantoneiros no GIME 7, actividades de comércio na própria casa (na sua maioria venda de álcool) e comércio próprio (quadro 13 do anexo).

## **5.5 | As perspectivas de sustentabilidade**

Em 2005 a estimativa de produção era de cento e dez toneladas mas devido à seca, ocorrida durante 6 a 7 meses em 2004, foram obtidas sessenta e sete toneladas. Na altura, muitos cacauzeiros morreram, não tendo havido apoio aos agricultores na sua replantação e ajudas monetárias por perda de produção. A adversidade climática, devido a estiagem prolongada, dificulta a produção tendo em conta que a maioria das

---

<sup>16</sup> O termo palaiê refere-se a mulheres que vendem a retalho em mercados, sem aí possuir estabelecimento fixo e permanente.

parcelas se encontram em clima semi-árido e que as valas de regadio destas parcelas se encontram, na sua maioria, degradadas.

No ano de 2006<sup>17</sup> a estimativa de produção era de cento e cinquenta toneladas, com a contabilização de mais nove comunidades de São Tomé. No entanto no 1º semestre daquele ano, a produção só atingia 83,6% do previsto, adivinhando-se que a estimativa não seria cumprida. A garantia da sustentabilidade do Programa do Cacau Biológico, segundo os responsáveis pelo mesmo, será alcançada quando a produção se elevar às quatrocentas toneladas por ano. No sentido de atingir este objectivo foi tomado um conjunto de medidas, nomeadamente (PAPAFPA, 2006):

- Replantação de cacauzeiros em parceria com os produtores;
- Preparação, ao nível das comunidades, de duas listas de produtores (aqueles que trabalham bem as suas parcelas e aqueles que não as trabalham) para termo de comparação;
- Estabelecimento de um concurso para honrar os cinco melhores produtores, por comunidade, como incentivo de produção, premiando-os com ferramentas. Neste concurso haveria a distinção de um produtor e de uma produtora com o melhor rendimento por hectare, a distinção de um produtor e de uma produtora com as parcelas melhor trabalhadas e a distinção de um produtor ou produtora que melhor densificou a sua parcela.

A primeira edição do concurso decorreu no segundo semestre de 2006. As comunidades aderentes ao programa juntaram-se aos pares de acordo com o critério da proximidade geográfica. Em conjunto organizaram uma festa, “Festa do Cacau Biológico”, no decurso da qual foram distribuídos os prémios, sendo naquele ano machins e limas. Os dias de festa foram calendarizados pela direcção da Fileira do Cacau Biológico, que contribuiu financeiramente para a alimentação e bebidas e que se fez representar por um vulgarizador e pelo vice-presidente do PAPAFPA.

Na altura do estudo, estavam também planeadas outras intervenções com o mesmo objectivo de aumentar a produção, tais como:

- Edificação de infra-estruturas, para a tecnologia pós-colheita de cacau, nas três comunidades de Diogo Vaz e nas comunidades no Príncipe;

---

<sup>17</sup> Ver quadro 13 do anexo da produção no 1º semestre de 2006, dos dados oficiais da Fileira de Produção de Cacau Biológico.

- Instalação de sistemas de irrigação nas comunidades susceptíveis à seca (Ponta Figo, Laranjeira ; Maianço, Filipinas, Generosa) no ano de 2007 e as outras em 2008, através do Fundo de Infra-estruturas Comunitárias (FIC);
- Continuação da formação com o objectivo de melhorar o funcionamento das associações.

Nos últimos anos, o preço do cacau seco a nível mundial tem vindo a aumentar, sendo o valor pago aos agricultores de cacau biológico cerca de 30% acima do valor do cacau convencional. No gráfico 7, pode-se ver a evolução do preço do cacau biológico pago, pela CECAB, aos agricultores.

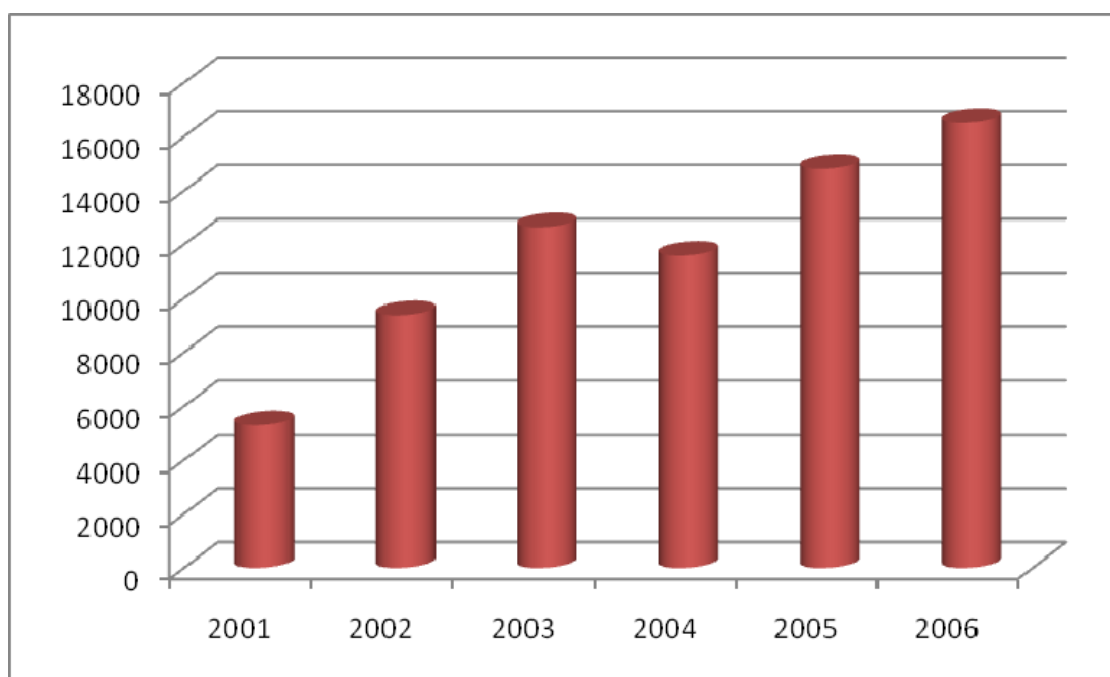


Gráfico 7: Evolução do preço do cacau seco biológico (dobras)

Em 2006 o preço pago pelos compradores nacionais situou-se nas 10 000,00 a 11 000,00 dobradas/kg de cacau seco convencional. O preço por quilograma de cacau seco biológico, na 2ª colheita do ano, foi de 17 000,00 dobradas e destes os produtores retiveram 15 500,00 dobradas/kg de cacau seco, tendo sido o ano onde o preço de cacau atingiu o seu máximo, significando um aumento do rendimento individual do produtor. A nível do produtor, juntamente com a grande quebra de produção registada em 2004, houve também diminuição do preço do cacau no mercado internacional, contribuindo para uma maior quebra do rendimento. Estando o cacau biológico associado ao preço do cacau convencional, os agricultores acabam também por ficar

sujeitos a estas oscilações, não conseguindo estabilidade na actividade. Com efeito, no geral, a evolução do preço do cacau ao longo dos anos foi aumentando, tendo as receitas associadas a esta cultura também subido (Gráfico 8).

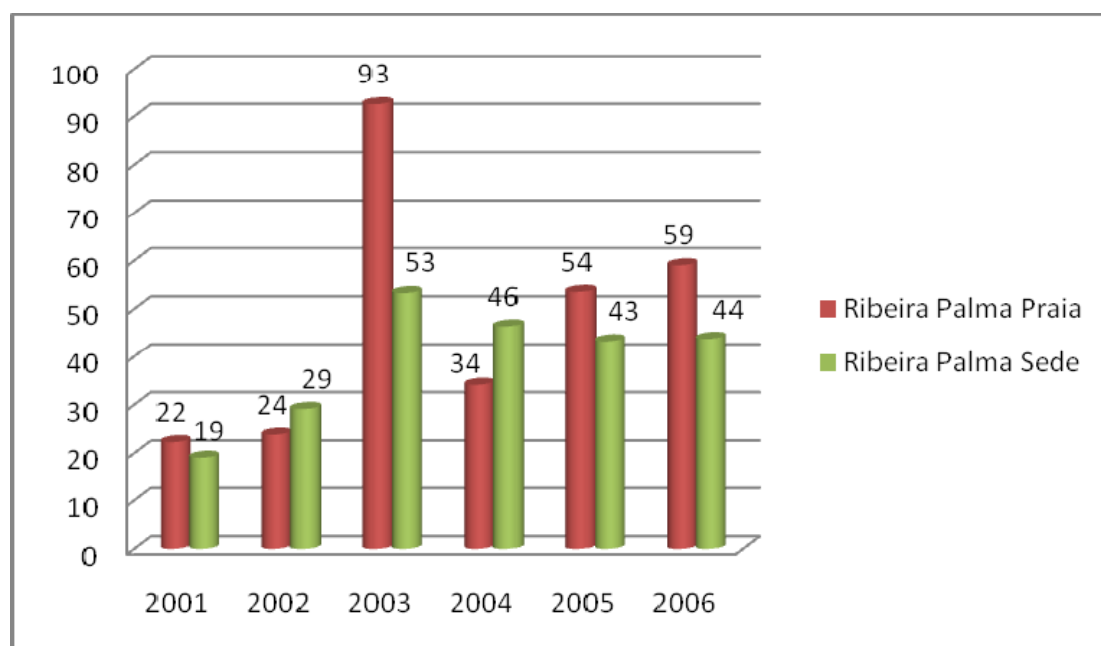


Gráfico 8: Receitas do cacau em milhões de dobra (2001-2006)

Prevalecia, mesmo assim, um clima de descontentamento entre os produtores. Muitos questionavam-se se a diminuição da produção, em relação aos primeiros anos, não teria sido devido ao modo de produção biológica, como referiu o responsável da Diogo Vaz em relação à quebra de produção na sua empresa, levantando-se assim a questão: na produção convencional isso seria diferente? Em termos de aplicação de factores de produção, este facto poderá ser relevante numa grande empresa, pois possui poder económico para investir na aplicação de pesticidas e de adubos, mas para os pequenos agricultores, talvez não seja tão determinante. À excepção da proibição da utilização do raticida, os agricultores não mudaram grandemente o seu modo de produção. Em contrapartida, no investimento de tempo de trabalho pode-se dizer que há uma maior entrega dos produtores do cacau biológico em relação aos do cacau convencional, uma vez que têm que seguir as regras impostas pelo programa, nomeadamente seguir os dias de quebra, fazer ressombreamento e a limpeza dos lotes. Surge assim outra questão: as receitas do cacau biológico compensam o tempo retirado das outras culturas? Para muitos produtores de RPS a resposta é negativa,

mas para RPP, sendo esta cultura encarada como a solução para os seus problemas monetários, o tempo empregue terá um retorno suficientemente importante.

Após a apresentação do modo de produção e os problemas destes, é difícil quantificar a contribuição individual de cada problema, para o volume total de perdas, ou qual o principal motivo para a diminuição da produção. O amanho cultural ou a falta deste, os ratos, ou as pragas e as doenças todos contribuem para o sucesso ou insucesso de uma colheita. Muitos agricultores gostariam que a CECAB adiantasse o sulfato (para combater o míldio), pois não têm dinheiro disponível na altura em que deveriam aplicá-lo ou por simplesmente o produto não existir no mercado. A CECAB podia perfeitamente fazê-lo retendo o que adiantava na hora do pagamento do cacau seco.

No entanto, o rendimento dos produtores, associado à cultura do cacau, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. O facto de venderem o cacau já seco tem um peso significativo nas receitas de cada agricultor, pois o preço final pago pelo cacau seco é substancialmente superior ao pago pelo cacau em goma. Prevê-se, assim, segundo este estudo, uma tendência positiva para o futuro destes agricultores, especialmente se os principais problemas de produção (défice hídrico, ratos, míldio e rubrocinto) forem contornados.

## 6 | Conclusão

A Fileira do Cacau Biológico, apresentou-se em 2001 como um programa que iria contribuir para a melhoria do nível de bem-estar do pequeno agricultor. Após a recolha dos dados e a sua análise pode-se afirmar com alguma segurança que a produção biológica da cultura do cacau permitiu ao pequeno produtor vender a sua produção a preços mais elevados. Para este facto, contribuiu a venda do cacau já seco, pois o preço final pago é substancialmente superior ao pago pelo cacau em goma e também o rótulo de biológico, que tem um valor de cerca de 30% acima do cacau convencional no mercado internacional.

Apesar desta apreciação positiva, foram reveladoras as diferenças existentes entre as comunidades de Ribeira Palma Praia (RPP) e Ribeira Palma Sede (RPS), não só a nível socioeconómico, mas também no modo de encarar o programa do cacau biológico. Assim, em RPP, mesmo assistindo-se a problemas sociais de forma mais flagrante (alcoolismo, pobreza), verificou-se uma melhoria nas suas condições habitacionais e de higiene nos anos recentes. Este facto pode, de certa forma, ser atribuído à adesão à Fileira, que obrigou a que houvesse uma abertura e organização a nível da comunidade e que terá suscitado o interesse de outras instituições para intervirem. A comunidade de RPS apresentou-se, por sua vez, mais organizada, dinâmica e com melhores condições de vida. No entanto, a nível da produção de cacau, ficou muito aquém das expectativas, sendo bastante inferior à da comunidade vizinha. Em comparação, RPP tinha um número de produtores inferior e consequentemente menor área de produção, a qualidade dos lotes em relação ao declive era pior (50% com declive elevado) e o tempo de deslocação também era para a maioria superior aos registados em Ribeira Palma Sede. As razões para o sucedido podem assim, ser explicadas pelo modo de encarar a produção de cacau biológico. Os produtores de RPP atribuíam a este modo de produzir, algo que deveriam apostar para melhorar o seu nível de vida, ao contrário da maioria dos produtores de RPS que elegiam outras culturas ou actividades como mais importantes.

Existe no entanto muitas lacunas no programa, que interferem com a produção e que por isso contribuem para um nível de descontentamento por parte de muitos produtores (défice hídrico, baixa densidade do cacausal, pragas e doenças). Porém, verificou-se que ao longo dos anos houve uma evolução positiva nos rendimentos das famílias e no seu nível de bem-estar.

## 7 | Bibliografia

Aguiar, Iolanda, 2000, *Contributo para estudo de viabilidade socioeconómica das unidades familiares de Água Izé em STP*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

Afonso, Guilherme 1994, *Relatório do diagnóstico efectuado na zona de Ribeira – Palma*, São Tomé e Príncipe, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Dias, António 2006, *Programa PAPAFA-Fielira de Produção de Cacau Biológico, Relatório do 1o Semestre 2006*, São Tomé e Príncipe.

Espírito Santo, Severino & Carvalho, Bernardo 2001, *Distribuição de Terras e a Mudança Tecnológica e Institucional em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Disciplina Economia do Desenvolvimento, SATS.

FERRÃO, J. E. 2002, *Cacau tecnologia pós-colheita*, Lisboa, Instituto da cooperação portuguesa, ministério da agricultura.

FERRÃO, J. E. 2002, *O ciclo de cacau nas ilha de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Separata de: Africana nº 25.

Mendes, José 2005, *Avaliação do 1ºciclo do PAPAFA*, São Tomé e Príncipe, Ministério da economia.

Parrott, Nicholas & Marsden, Terry 2002, *The Real Green Revolution. Organic and agroecological farming in the South*, Department of City and Regional Planning, Cardiff University, Greenpeace Environmental Trust.

(<http://www.greenpeace.org.uk/MultimediaFiles/Live/FullReport/4526.pdf>)

——— 2000, *Projecto de privatização agrícola e desenvolvimento de pequenas propriedades. Relatório de Gestão*, São Tomé e Príncipe.

Traiano Filho, Wilson 1992, *Auto de Carnaval em São Tomé e Príncipe: Fato e Texto*, Brasília, Série Antropologia, Departamento de Antropologia.

TENREIRO, F. 1961, *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.



Temudo, M. (2008) De serviçal a camponês: a persistência das desigualdades sociais em S. Tomé e Príncipe. *Lusotopie*, XXVIII (2) (aceite para publicação a 14.08.06).

Seibert, Gerhard 2006 “São Tomé and Príncipe. Recent history” in *Africa South of the Sahara*. London: Routledge, p. 972- 987.

SEIBERT, G 2001a, *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Vega.

Silguy, de Catherine 2004, *Introdução à Agricultura Biológica. Fundamentos e Realidades*, Publicações Europa-América.

VIEIRA, A. 1995, *Relatório final da missão de assessoria ao Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP)*, São Tomé.

Willer, Helga & Yussefi, Minou (Editors) 2004, *The World of Organic Agriculture – Statistics and Emerging Trends*, Bonn, International Federation of Organic Agriculture Movements ([http://www.soel.de/inhalte/publikationen/s/s\\_74.pdf](http://www.soel.de/inhalte/publikationen/s/s_74.pdf)).

Zundel, Christine & Kilcher, Lukas 2007, *Issues Paper: Organic Agriculture and Food Availability*, Switzerland, Research Institute for Organic Agriculture (FiBL).

<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/012/ah948e.pdf>

<http://forums.cbd.int/doc/world/st/st-nbsap-01-p1-pt.pdf>

<http://www.fao.org/docrep/007/j2109f/j2109f11.htm#TopOfPage>

<http://www.bioequitable.com/en/qui-sommes-nous.php>

<http://www.kaoka.fr/cadre256.php>

<http://www.confagri.pt/PoliticaAgricola/Temas/AgriculturaBiologica/NotificacaoOperador.htm>

[http://ew9rfv.vianw.pt/agricultura/Agro\\_bio.htm](http://ew9rfv.vianw.pt/agricultura/Agro_bio.htm)

<http://www.ecocert.com/Legal-notice.html>

<http://www.fidafrique.net/rubrique125.html>

# Anexos

## **Inquérito Modelo**

## Quadros das associações de cacau biológico

### Quadro 1: Associações na ilha de São Tomé e nível de desempenho

| Nº | Associações          | Bom | Suficiente | Mau |
|----|----------------------|-----|------------|-----|
| 1  | Ribeira Palma Praia  | X   |            |     |
| 2  | Ribeira Palma Sede   | X   |            |     |
| 3  | Rosema               | X   |            |     |
| 4  | Praia das Conchas    |     | X          |     |
| 5  | Ponta Figo           | X   |            |     |
| 6  | Generosa             | X   |            |     |
| 7  | Cadão                | X   |            |     |
| 8  | Paga Fogo            |     | X          |     |
| 9  | Santa Jeny           | X   |            |     |
| 10 | Maria Luisa          | X   |            |     |
| 11 | José Luis            | X   |            |     |
| 12 | Costa Santos         | X   |            |     |
| 13 | Plancas 1ª           |     | X          |     |
| 14 | Plancas 2ª           |     |            | X   |
| 15 | Laranjeira           | X   |            |     |
| 16 | Filipinas            | X   |            |     |
| 17 | Queluz               |     | X          |     |
| 18 | Saltado              | X   |            |     |
| 19 | Maianço/Santa Teresa | X   |            |     |
| 20 | Agua Telha           | X   |            |     |

### Quadro 2; Região autónoma do Príncipe

| Associações        | Nº de agricultores | Superfície Total<br>Ha | Local de<br>construção de<br>infra-estruturas |
|--------------------|--------------------|------------------------|-----------------------------------------------|
| Azeitona           | 23                 | 57,5                   | Azeitona                                      |
| Ponta do Sol       | 34                 | 49                     |                                               |
| Santa Rita         | 14                 | 42,5                   |                                               |
| Gaspar             | 13                 | 19,5                   |                                               |
| Praia Inhame       | 14                 | 31                     | Praia Inhame                                  |
| Paciência          | 12                 | 22,5                   |                                               |
| Belo Monte         |                    | 9,5                    |                                               |
| Nova Estrela       | 20                 | 49                     | Nova Estrela                                  |
| Terreiro Velho     | 12                 | 24                     |                                               |
| Abade/Santo Cristo | 16                 | 32                     |                                               |
| TOTAL              | 158                | 336,5                  |                                               |

**Quadro 3: Plantas de cacau distribuídas**

| Nº | Comunidade      | Nº de beneficiários | Nº Plantas introduzidas | Superfície Ha |
|----|-----------------|---------------------|-------------------------|---------------|
| 1  | Filipinas       | 6                   | 2350                    | 2,88          |
| 2  | Ribeira P. Sede | 2                   | 1930                    | 2,37          |
| 3  | Costa Santos    | 1                   | 1100                    | 1,35          |
| 4  | Plancas I       | 5                   | 930                     | 1,14          |
| 5  | Agua Telha      | 2                   | 723                     | 0,89          |
| 6  | Maianço         | 9                   | 1500                    | 1,84          |
| 7  | Laranjeira      | 6                   | 1760                    | 2,15          |
|    | <b>Total</b>    | <b>31</b>           | <b>10 293</b>           | <b>12,61</b>  |

Fonte: dados oficiais da FILEIRA DE PRODUÇÃO DE CACAU BIOLÓGICO.

**Quadro 4: Plantas sombreadoras introduzidas**

| Nº | Comunidades  | Nº de agricultor | Nº de plantas introduzidas | Superfície Ha    |
|----|--------------|------------------|----------------------------|------------------|
| 1  | Ponta Figo   | 26               | 247                        | 3,52             |
| 2  | Plancas II   | 23               | 100                        | 1,42             |
| 3  | Costa Santos | 18               | 145                        | 2,07             |
| 4  | Filipinas    | 15               | 141                        | 2,01             |
| 5  | Plancas I    | 21               | 100                        | 1,42             |
| 6  | Saltado      | 12               | 50                         | 0,71             |
|    | <b>Total</b> | <b>115</b>       | <b>783</b>                 | <b>11,185 Ha</b> |

Fonte: dados oficiais da FILEIRA DE PRODUÇÃO DE CACAU BIOLÓGICO

**Quadro 5: Gestão do fundo de reserva**

| Nº | Comunidades       | NA CECAB/STP |           | COFRE DA ASSOCIAÇÃO |          |
|----|-------------------|--------------|-----------|---------------------|----------|
|    |                   | RESERVA      | PLÁSTICO  | COM. ASSOC.         | PLÁSTICO |
| 1  | Rosema            |              |           |                     |          |
| 2  | Ribeira P. Praia  |              |           |                     |          |
| 3  | Paga Fogo         | 261 000      | 65 437,5  | 36 787              |          |
| 4  | Cadão             | 1 778 450    | 446 238   | 443 104             |          |
| 5  | Praia das Conchas |              |           |                     |          |
| 6  | Ponta Figo        |              |           |                     |          |
| 7  | Generosa          |              |           |                     |          |
| 8  | Santa Jeny        | 1636 807     | 422 880,5 | 260 500             |          |
| 9  | Maria Luisa       | 1 893 000    | 172 250   |                     |          |
| 10 | José Luís         | 1 368 000    | 341 687   | 382 828             |          |
| 11 | Ribeira P. Sede   |              |           |                     |          |
| 12 | Costa Santos      |              |           |                     |          |
| 13 | Plancas 1ª        |              |           |                     |          |
| 14 | Plancas 2ª        |              |           |                     |          |
| 15 | Laranjeira        | 3 848 250    | 890 212   | 780 573             |          |
| 16 | Filipinas         | 2 783 000    | 1 789 000 | 1 549 000           |          |
| 17 | Queluz            | 877 500      | 180 725   |                     |          |
| 18 | Saltado           |              |           |                     |          |
| 19 | Maianço           |              |           | 872 850             | 275 000  |
| 20 | Água Telha        |              |           | 753 237             | 200 000  |
|    | <b>Total</b>      |              |           |                     |          |

Fonte: dados oficiais da FILEIRA DE PRODUÇÃO DE CACAU BIOLÓGICO,

## Mapa de São Tomé e Príncipe



**Quadro 6: Espécies de sombra presentes nos lotes**

| <b>Espécies de Árvores de Sombra</b>              | <b>Formação Vegetal e</b>                  | <b>Ribeira Palma Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma Sede(%)</b> |
|---------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| Cidrela<br>( <i>Cedrela odorata</i> )             | Floresta de Sombra*                        | 42                             | 58                           |
| Amoreira<br>( <i>Milicia excelsa</i> )            | Floresta de Sombra*                        | 39                             | 58                           |
| Eritrina<br>( <i>Erythrina sp.</i> )              | Floresta de Sombra*                        | 38                             | 53                           |
| Acácia<br>( <i>Albizia sp.</i> )                  | Floresta Secundária*                       | 32                             | 52                           |
| Pau capitango<br>( <i>Celtis mildbreadii</i> )    | Floresta Secundária*                       | 32                             | 39                           |
| Ocá                                               |                                            | 39                             | 23                           |
| Pau borracha                                      |                                            | 7                              | 42                           |
| Pau caixão<br>( <i>Pycnanthus angolensis</i> )    | Floresta Secundária*                       | 19                             | 42                           |
| Pau figo                                          |                                            | 16                             | 39                           |
| Moandim<br>( <i>Pentaclethra macrophylla</i> )    | Floresta associada aos cultivos agrícolas* | 3                              | 36                           |
| Pau mole<br>( <i>Tetrorchidium Didymostemon</i> ) | Floresta Secundária*                       | 3                              | 36                           |
| Pau branco                                        |                                            | 13                             | 36                           |
| Pau lixa                                          |                                            | 16                             | 36                           |
| Figueira                                          |                                            | 13                             | 32                           |
| Pau vermelho<br>( <i>Staudtia pterocarpa</i> )    | Floresta de Altitude*                      | 16                             | 29                           |
| Pau porco                                         |                                            | 3                              | 26                           |
| Cata grande                                       |                                            | 13                             | 10                           |
| Gogô<br>( <i>Carapa procera</i> )                 | Floresta de Sombra*                        | 10                             | 19                           |
| Marapinhão<br>( <i>Fagara macrophylla</i> )       | Floresta de Sombra*                        |                                | 10                           |
| Pau rola                                          |                                            | 7                              |                              |

\*Interesse industrial



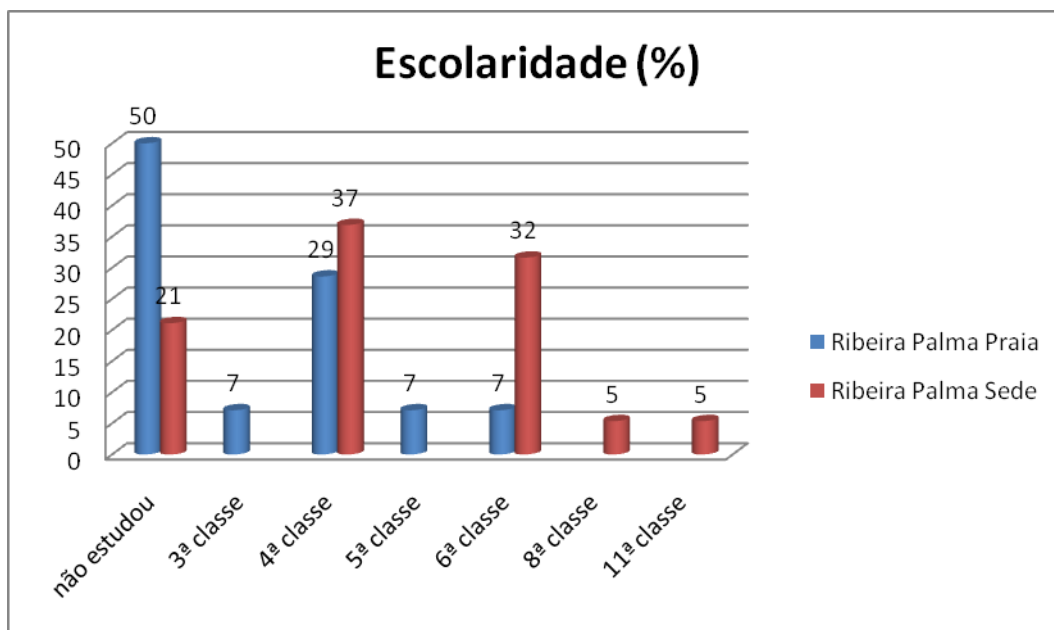
## Quadro 7: Culturas produzidas nos lotes

| <b>Culturas produzidas</b>                             | <b>Ribeira<br/>Palma<br/>Praia (%)</b> | <b>Ribeira<br/>Palma<br/>Sede (%)</b> |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------|
| Cacaueiro ( <i>Theobroma cacao</i> L.)                 | 100                                    | 100                                   |
| Bananeira ( <i>Musa</i> sp.)                           | 100                                    | 84                                    |
| Jaqueira ( <i>Artocartus heterophylla</i> )            | 93                                     | 95                                    |
| Fruteira ( <i>Artocarpus altilis</i> (Parkins.) Fosb.) | 93                                     | 79                                    |
| Cafeeiro ( <i>Coffea</i> sp.)                          | 86                                     | 63                                    |
| Abacateiro ( <i>Persea amaricana</i> )                 | 79                                     | 89                                    |
| Limoeiro ( <i>Citrus</i> sp.)                          | 79                                     | 47                                    |
| Matabala ( <i>Xanthosoma</i> sp.)                      | 64                                     | 89                                    |
| Mangueira ( <i>Mangifera indica</i> )                  | 64                                     | 32                                    |
| Cajamanqueira ( <i>Spondias cytherea</i> )             | 64                                     | 21                                    |
| Mamoeiro ( <i>Carica papaya</i> )                      | 64                                     | 58                                    |
| Palmeira- dendém ( <i>Elaeis guineensis</i> )          | 57                                     | 74                                    |
| Goiabeira ( <i>Psidium guyava</i> )                    | 57                                     | 68                                    |
| Sapsap                                                 | 50                                     | 26                                    |
| Malagueta                                              | 36                                     | 47                                    |
| Safuzeiro ( <i>Dacryodes edulis</i> )                  | 29                                     | 58                                    |
| Izaquente ( <i>Treculia africana</i> )                 | 36                                     | 32                                    |
| Coqueiro ( <i>Cocos nucifera</i> L.)                   | 36                                     | 16                                    |
| Laranjeira ( <i>citrus x sinensis</i> )                | 29                                     | 37                                    |
| Ananás ( <i>Ananas comosus</i> )                       | 29                                     | 26                                    |
| Maracujá ( <i>Passiflora edulis</i> Deg.)              | 21                                     | 16                                    |
| Ossame                                                 | 7                                      | 37                                    |
| Cana-de-açúcar ( <i>Saccharum officinarum</i> L.)      |                                        | 16                                    |
| Mandioqueira ( <i>Manihot esculenta</i> Crantz)        |                                        | 16                                    |
| Caramboleira ( <i>Averrhoa carambola</i> )             | 7                                      |                                       |

**Quadro 8: Problemas de sombra x plantou árvores de sombra**

|                    |                             | Plantação de árvores |                |       |
|--------------------|-----------------------------|----------------------|----------------|-------|
|                    |                             | Sim<br>plantou       | Não<br>plantou | Total |
| <b>Ribeira</b>     | Tem problemas de sombra     | 43                   | 7              | 50    |
| <b>Palma Praia</b> | Não tem problemas de sombra | 21                   | 29             | 50    |
| <b>Total</b>       |                             | 64                   | 36             | 100   |
| <b>Ribeira</b>     | Tem problemas de sombra     | 16                   | 53             | 68    |
| <b>Palma Sede</b>  | Não tem problemas de sombra | 16                   | 16             | 32    |
| <b>Total</b>       |                             | 32                   | 68             | 100   |

**Gráfico 1: Escolaridade do produtor**



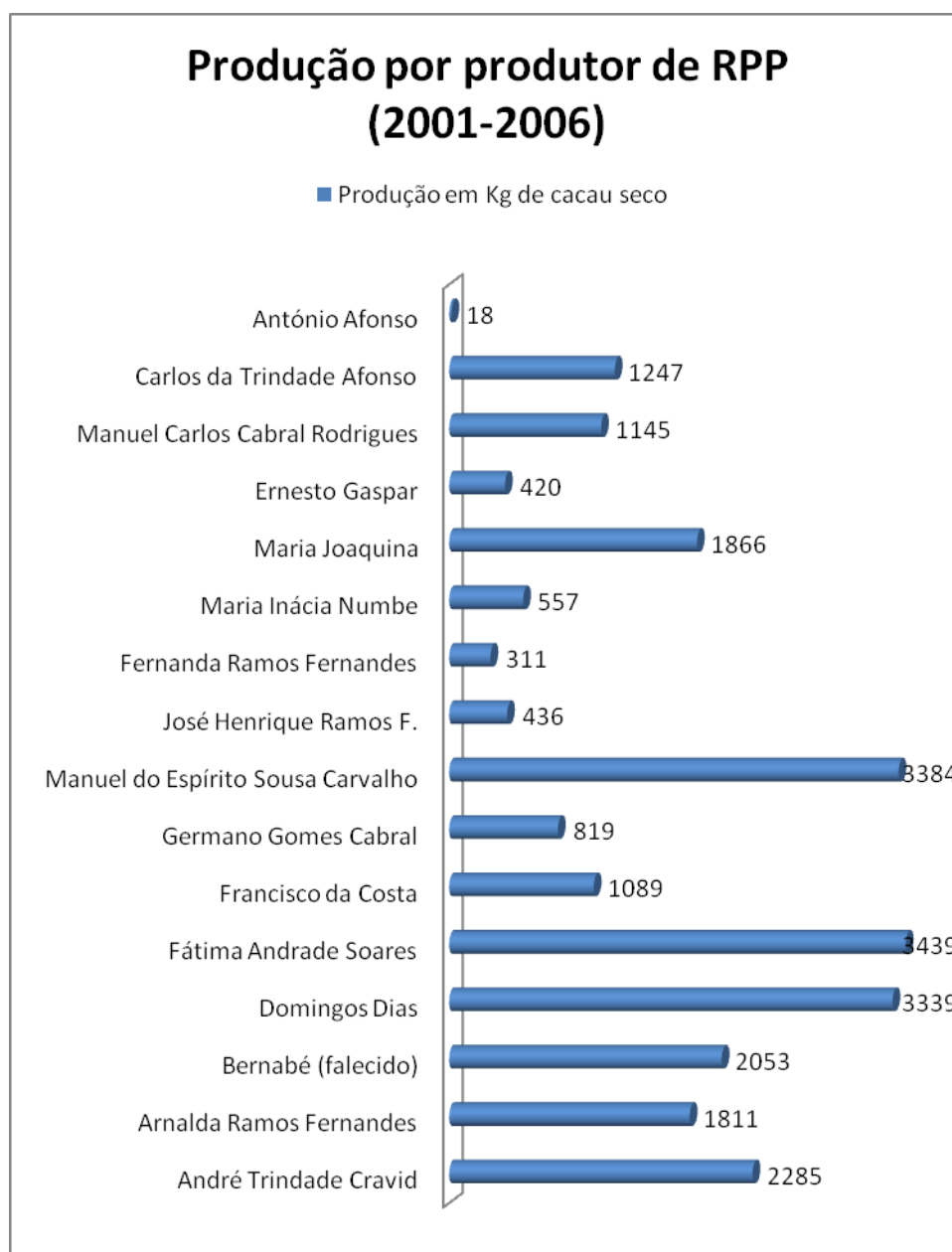
**Quadro 9: Destino das produções**

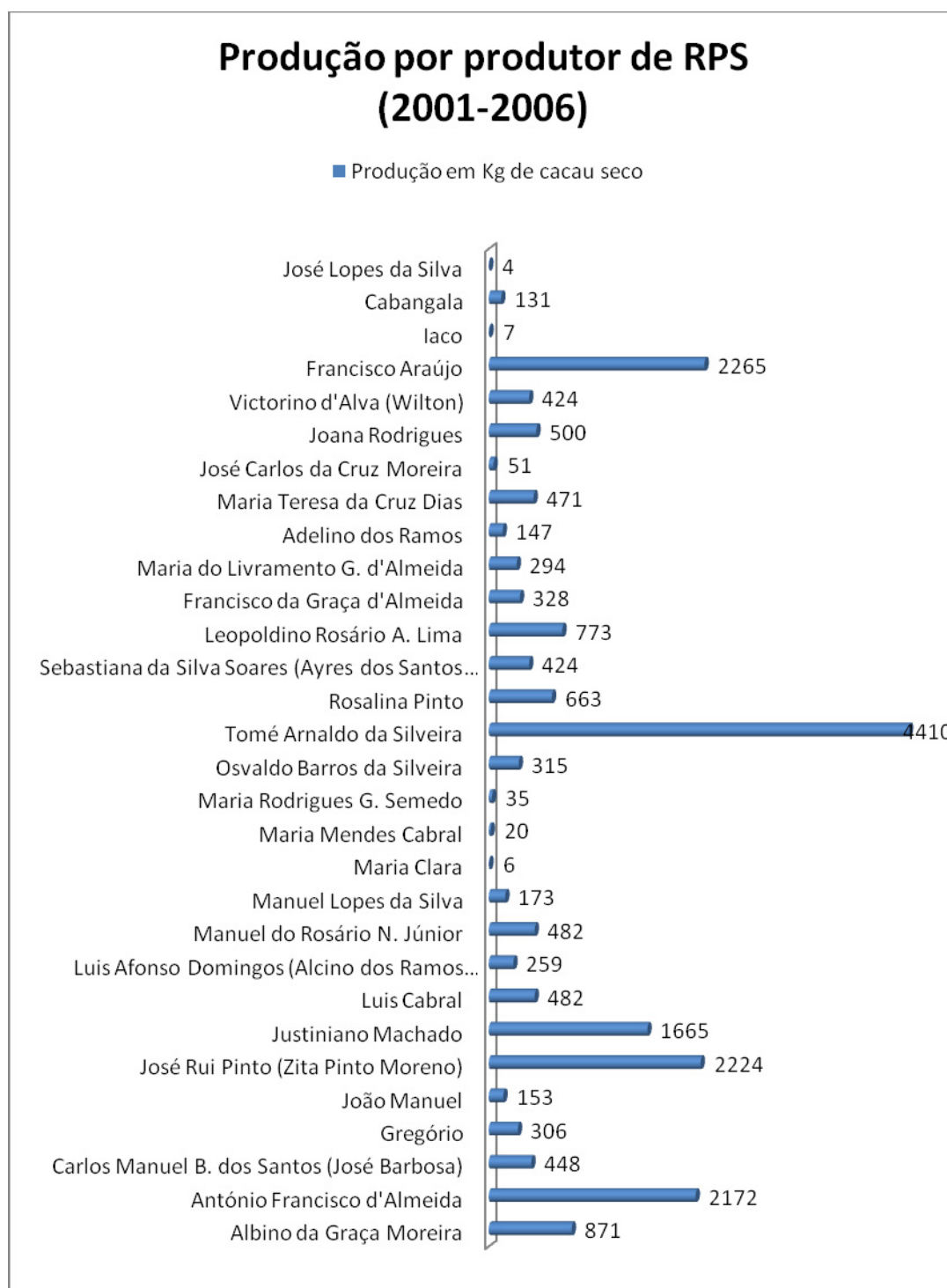
| Destino das produções | Ribeira Palma Praia |       |                     | Ribeira Palma Sede |       |                     |
|-----------------------|---------------------|-------|---------------------|--------------------|-------|---------------------|
|                       | Autoconsumo         | Venda | Autoconsumo e venda | Autoconsumo        | Venda | Autoconsumo e venda |
| Cacau                 |                     | 100   |                     |                    | 100   |                     |
| Coco                  | 100                 |       |                     | 75                 |       | 25                  |
| Óleo de palma         |                     |       |                     | 50                 |       | 50                  |
| Café                  | 58                  |       | 42                  | 58                 |       | 42                  |
| Fruta-pão             | 69                  |       | 31                  | 41                 |       | 59                  |
| Banana                | 14                  |       | 86                  | 5                  |       | 95                  |
| Matabala              | 63                  |       | 38                  | 12                 |       | 88                  |
| Malagueta             | 86                  |       | 14                  | 64                 | 7     | 29                  |
| Ananás                | 75                  |       | 25                  | 40                 |       | 60                  |
| Cana-de-açúcar        | 100                 |       |                     | 14                 | 43    | 43                  |
| Manga                 | 33                  |       | 67                  | 33                 |       | 67                  |
| Cajamanga             | 89                  |       | 11                  | 33                 |       | 67                  |
| Abacate               | 73                  |       | 27                  | 53                 | 5     | 42                  |
| Goiaba                | 88                  |       | 13                  | 50                 |       | 50                  |
| Maracujá              |                     |       | 100                 | 43                 | 14    | 43                  |
| Jaca                  | 71                  |       | 29                  | 26                 |       | 74                  |
| Carambola             | 50                  |       | 50                  |                    |       |                     |
| Mamão                 | 78                  |       | 22                  | 50                 |       | 50                  |
| Limoeiro              | 73                  |       | 27                  | 67                 |       | 33                  |
| Laranja               | 100                 |       |                     | 100                |       |                     |
| Sapsap                | 57                  |       | 43                  | 80                 |       | 20                  |
| Izaquente             | 100                 |       |                     | 43                 |       | 57                  |
| Ossame                | 100                 |       |                     | 86                 |       | 14                  |
| Safuzeiro             | 50                  |       | 50                  | 36                 |       | 64                  |

**Quadro 10: Outra actividade de rendimento**

|                      | <b>Ribeira Palma<br/>Praia (%)</b> | <b>Ribeira Palma<br/>Sede (%)</b> |
|----------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Pesca                |                                    | 5                                 |
| Vianteiro            | 7                                  |                                   |
| Carvão               | 7                                  | 16                                |
| Pedreiro/carpinteiro |                                    | 5                                 |
| Salário              | 7                                  | 5                                 |
| Comércio             | 7                                  | 16                                |
| Reformado            | 7                                  | 5                                 |
| Não tem              | 64                                 | 5                                 |

**Gráfico 3: Produção/produtor de RPP (2001-2006)**



**Gráfico 4: Produção/produtor de RPS (2001-2006)**

## Quadro 11: Resumo das características de potencial de produção de RPP

| Nome                                       | Idade | Outra actividade além da agricultura | Lotes | Qualidade do lote      | Declive                      | Distância casa-lote    | Morte de cacaueiros com seca | Frequência semanal de trabalho | Mão-de-obra           | Nº de períodos | Mão-de-obra assalariada | Mão-de-obra permanente | Produção |
|--------------------------------------------|-------|--------------------------------------|-------|------------------------|------------------------------|------------------------|------------------------------|--------------------------------|-----------------------|----------------|-------------------------|------------------------|----------|
| Fátima Andrade Soares                      | 39    | não tem outra                        | 1     | em produção            | parte plano, parte médio     | de 15 a 30 minutos     | muitos                       | todos os dias                  | de três a cinco horas | um período     | não utiliza             | não                    | 3439     |
| Manuel do Espírito Sousa Carvalho          | 55    | não tem outra                        | 1     | encapoeirado com cacau | parte plano, parte médio     | casa no lote           | muitos                       | todos os dias                  | de cinco a oito horas | dois períodos  | sim, utiliza            | não                    | 3384     |
| Domingos Dias                              | 73    | não tem outra                        | 1     | em produção            | parte plano, parte inclinado | menos de 15 minutos    | muitos                       | todos os dias                  | de uma a três horas   | um período     | não utiliza             | não                    | 3339     |
| André da Trindade Cravid                   | 64    | reformado                            | 2     | misto                  | parte plano, parte inclinado | mais de hora e meia    | muitos                       | todos os dias                  | de três a cinco horas | um período     | sim, utiliza            | sim                    | 2285     |
| Maria Joaquina                             | 65    | não tem outra                        | 2     | encapoeirado com cacau | parte plano, parte inclinado | de 30 minutos a 1 hora | muitos                       | todos os dias                  | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 1866     |
| Arnaldo Ramos Fernandes                    | 41    | salário                              | 1     | encapoeirado com cacau | elevado                      | de 30 minutos a 1 hora | poucos                       | todos os dias                  | de três a cinco horas | um período     | não utiliza             | não                    | 1811     |
| Carlos da Trindade Afonso                  | 36    | não tem outra                        | 1     | em produção            | elevado                      | de 15 a 30 minutos     | muitos                       | alguns dias                    | de cinco a oito horas | dois períodos  | sim, utiliza            | não                    | 1247     |
| Manuel Carlos Cabral Rodrigues             | 44    | não tem outra                        | 1     | encapoeirado com cacau | elevado                      | de 30 minutos a 1 hora | poucos                       | alguns dias                    | de três a cinco horas | um período     | não utiliza             | não                    | 1145     |
| Francisco da Costa (filho trabalha o lote) | 78    | não tem outra                        | 1     | em produção            | parte plano, parte inclinado | hora e meia            | muitos                       | todos os dias                  | de uma a três horas   | um período     | não utiliza             | não                    | 1089     |
| Germano Gomes Cabral                       | 38    | vienteiro                            | 1     | encapoeirado com cacau | médio                        | de 15 a 30 minutos     | muitos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 819      |
| Maria Inácia Nume                          | 28    | carvão                               | 1     | em produção            | elevado                      | de 30 minutos a 1 hora | poucos                       | alguns dias                    | de três a cinco horas | um período     | não utiliza             | não                    | 557      |
| José Henriques Ramos F.                    | 34    | comércio                             | 1     | encapoeirado com cacau | elevado                      | menos de 15 minutos    | quase todos                  | todos os dias                  | de uma a três horas   | um período     | não utiliza             | não                    | 436      |
| Ernesto Gaspar                             | 61    | não tem outra                        | 1     | misto                  | elevado                      | de 30 minutos a 1 hora | muitos                       | alguns dias                    | de três a cinco horas | um período     | não utiliza             | não                    | 420      |
| Fernanda Ramos Fernandes                   | 99    | não tem outra                        | 1     | em produção            | elevado                      | hora e meia            | muitos                       | todos os dias                  | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 311      |



## Quadro 12: Resumo das características de potencial de produção de RPS

| Nome                                                     | Idade | Outra actividade além da agricultura | Lotes | Qualidade do lote      | Declive                      | Distância casa-lote    | Morte de cacaueiros com seca | Frequência semanal de trabalho | Mão-de-obra           | Nº de períodos | Mão-de-obra assalariada | Mão-de-obra permanente | Produção |
|----------------------------------------------------------|-------|--------------------------------------|-------|------------------------|------------------------------|------------------------|------------------------------|--------------------------------|-----------------------|----------------|-------------------------|------------------------|----------|
| Tomé Arnaldo da Siveira                                  | 53    | não tem outra                        | 3     | misto                  | parte plano, parte médio     | hora e meia            | muitos                       | alguns dias                    | de três a cinco horas | um período     | sim, utiliza            | não                    | 4410     |
| Francisco Araújo                                         | 51    | pedreiro/carpinteiro                 | 2     | encapoeirado com cacau | parte plano, parte inclinado | de 30 minutos a 1 hora | muitos                       | todos os dias                  | de cinco a oito horas | dois períodos  | não utiliza             | sim                    | 2265     |
| José Rui Pinto (Zita Pinto)                              | 68    | não tem outra                        | 3     | encapoeirado com cacau | médio                        | menos de 15 minutos    | muitos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 2224     |
| António Francisco d'Almeida                              | 69    | não tem outra                        | 1     | encapoeirado com cacau | médio                        | menos de 15 minutos    | poucos                       | todos os dias                  | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 2172     |
| Justiniano Machado                                       | 56    | não tem outra                        | 1     | misto                  | parte plano, parte inclinado | de 15 a 30 minutos     | muitos                       | todos os dias                  | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 1665     |
| Leopoldino do Rosário Pires Lima                         | 30    | comércio                             | 1     | encapoeirado com cacau | médio                        | de 15 a 30 minutos     | poucos                       | alguns dias                    | de três a cinco horas | um período     | sim, utiliza            | não                    | 773      |
| Rosalina Pinto Moreno                                    | 32    | comércio                             | 1     | misto                  | plano                        | menos de 15 minutos    | poucos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | não utiliza             | não                    | 663      |
| Joana Rodrigues                                          | 29    | não tem outra                        | 1     | encapoeirado com cacau | médio                        | de 30 minutos a 1 hora | poucos                       | todos os dias                  | de três a cinco horas | um período     | não utiliza             | não                    | 500      |
| Manuel do Rosário N. Júnior (Jorge Manuel da Silva Neto) | 22    | não tem outra                        | 1     | encapoeirado sem cacau | plano                        | hora e meia            | muitos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 482      |
| Luis Cabral (Idalécio Cabral)                            | 18    | não tem outra                        | 1     | encapoeirado sem cacau | plano                        | de 15 a 30 minutos     | muitos                       | alguns dias                    | de cinco a oito horas | dois períodos  | sim, utiliza            | não                    | 482      |
| Carlos Manuel B. dos Santos (José Manuel Barbosa)        | 32    | não tem outra                        | 1     | misto                  | plano                        | de 30 minutos a 1 hora | poucos                       | alguns dias                    | de três a cinco horas | um período     | sim, utiliza            | não                    | 448      |
| Sebastian da Silva Soares                                | 34    | carvão                               | 2     | misto                  | plano                        | de 30 minutos a 1 hora | poucos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | não utiliza             | não                    | 424      |
| Vitorino d'Alva (Wilton Barros Silveira)                 | 28    | comércio                             | 1     | misto                  | elevado                      | de 15 a 30 minutos     | poucos                       | todos os dias                  | de três a cinco horas | um período     | sim, utiliza            | não                    | 424      |
| Francisco da Graça d'Almeida                             | 28    | salário                              | 1     | encapoeirado com cacau | elevado                      | menos de 15 minutos    | poucos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | não utiliza             | não                    | 328      |
| Osvaldo Barros                                           | 33    | carvão                               | 2     | encapoeirado sem cacau | plano                        | de 30 minutos a 1 hora | poucos                       | todos os dias                  | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 315      |
| Gregório Mendes (Godi)                                   | 56    | reformado                            | 1     | encapoeirado sem cacau | médio                        | de 30 minutos a 1 hora | poucos                       | todos os dias                  | de três a cinco horas | um período     | sim, utiliza            | não                    | 306      |
| Maria Livramento da Graça d'Almeida                      | 31    | não tem outra                        | 1     | encapoeirado com cacau | plano                        | de 15 a 30 minutos     | muitos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | sim, utiliza            | não                    | 294      |
| Luis Afonso Domingos (Alcino dos Ramos)                  | 25    | carvão                               | 1     | encapoeirado com cacau | elevado                      | de 30 minutos a 1 hora | muitos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | não utiliza             | não                    | 259      |
| Manuel Lopes da Silva                                    | 39    | pesca                                | 1     | misto                  | elevado                      | de 30 minutos a 1 hora | muitos                       | alguns dias                    | de uma a três horas   | um período     | não utiliza             | não                    | 173      |

**Quadro 13: Produção no 1º semestre de 2006**

| <b>Nº</b> | <b>Comunidade</b> | <b>Cacau seco kg</b> |
|-----------|-------------------|----------------------|
| 1         | Rosema            | 2390                 |
| 2         | Ribeira P. Praia  | 3523                 |
| 3         | Paga Fogo         | 930                  |
| 4         | Cadão             | 2235                 |
| 5         | Praia das Conchas | 2140                 |
| 6         | Ponta Figo        | 3833                 |
| 7         | Generosa          | 7090                 |
| 8         | Santa Jeny        | 1280                 |
| 9         | Maria Luisa       | 2983                 |
| 10        | José Luís         | 2368                 |
| 11        | Ribeira P. Sede   | 834                  |
| 12        | Costa Santos      | 2334                 |
| 13        | Plancas 1ª        | 3039                 |
| 14        | Plancas 2ª        | 2333                 |
| 15        | Laranjeira        | 6265                 |
| 16        | Filipinas         | 3988                 |
| 17        | Queluz            | 1417                 |
| 18        | M. Forte          | 1172                 |
|           | Total             | 50 214               |

Fonte: Dados oficiais da Fileira de Produção de Cacau Biológico.